

O COMETA CONFERÊNCIA MUNDIAL

- Notas para uma discussão sobre a conjuntura da Luta Contra o Racismo no Brasil

Amauri Mendes Pereira
amendes@candidomendes.edu.br

Introdução

I

A PREPARAÇÃO:

Expectativas – Mobilizações – Frustrações – Energias

A CONJUNTURA À VOLTA DA CONFERÊNCIA

II

MOVIMENTO NEGRO / DELEGAÇÃO OFICIAL:

Uma aliança de sujeitos históricos na preparação para a Conferência Mundial

- Um ajuste teórico para pensar a aliança MN / Governo

A (vontade da) democracia racial

De vontades e exercícios...

Sobre falta de vontade e de exercício

- Hegemonia X Contra-hegemonia

III

OS SETORES do MOVIMENTO NEGRO FORA do CONTEXTO HEGEMÔNICO

Introdução

O processo preparatório da III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância Correlata, no Brasil, é um poço de lições. Dada sua duração – para efeito desse texto Maio/2000 a Setembro/2001 – intensidade e abrangência, volume de recursos e aportes institucionais investidos de diferentes fontes, etc, aquele processo propiciou a visualização, privilegiada para quem estava “vendo” de perto, da dimensão dos conflitos internos, tanto no âmbito governamental e em setores de órgãos do Estado, como nas hostes do Movimento Negro e de seus aliados. Talvez seja possível dizer que nunca antes ficaram

tão patentes os desafios, possibilidades e encruzilhadas (com todos os significados possíveis) interpostos ao avanço da luta contra o racismo.

Mary Robinson – Alta Comissária de Direitos Humanos da ONU, responsável principal da organização da Conferência – já dissera que, ao contrário das duas anteriores, a III Conferência mexeria com questões internas de todos os países, e que exigiria muito maior zelo e habilidade para sua realização. As discussões sobre xenofobia e intolerâncias correlatas se esforçaram por merecer o destaque no título, mas o racismo e a discriminação racial foram, sem dúvida, senhores das principais atenções – não restou dúvida sobre sua proeminência sobre os outros temas. Seria uma grosseira mistificação e uma concessão ao estatuto do "politicamente correto" pretender, neste momento, colocar esses conjuntos de temas no mesmo pé de importância política. Isso não impediu que ao longo do processo preparatório e em Durban houvesse momentos sublimes de unidade, maturidade de membros da delegação oficial, do Movimento de Mulheres, d@s militantes indígenas, homossexuais, negros, que se apoiaram mesmo quando seus interesses específicos não estavam em jogo.

Este texto, então, vai falar da Conferência Mundial Contra o Racismo, não de uma visão que tem sido corrente, e é muito bom que seja, de referenciá-la como um marco na construção de documentos que vão subsidiar a atuação da militância contra o racismo em toda parte do mundo. Também das questões relativas a gênero, aos indígenas, às intolerâncias correlatas, não é do que ele vai tratar. O que eu quero enfatizar prioritariamente são duas coisas: primeiro, um breve histórico do processo preparatório, tentando superar a fragmentação das muitas "vozes" e dos diferenciados graus de envolvimento e de lugares regionais e ideológicos dos agentes. E, através dele, analisar as dimensões que aquele evento internacional adquiriu como fator de mobilização, um sopro nas brasas (perenes!) da luta contra o racismo, produtor de oportunidades de expressão, de visibilidade do contencioso racial. Desde 1995 (tri-centenário de Zumbi dos Palmares) o Movimento Negro não se apresentava em atividades coletivas, vendo-se e sendo observado como um Movimento Social. Segundo, através desses “apontamentos etnográficos”, sugerir leituras sobre a conjuntura da luta contra o racismo e o emaranhado de relações no qual estão imersos o Movimento Negro e outros agentes da luta contra o racismo – negros e não negros atuando com perspectiva militante junto a governos e ao Estado e em todo o espectro da sociedade brasileira.

I

A Preparação:

- Expectativas – Mobilizações – Frustrações – Energias

O ponto de partida principal para essa análise é o fato de um evento internacional ter possibilitado ao mesmo tempo uma leitura da conjuntura nacional da luta contra o racismo, e, mais do que isso, ele obrigou a redefinições de discursos, de comportamentos, a convergências, até então insuspeitas. Após tal vivência, as partes – nomeadamente militantes do Movimento Negro e representantes de órgãos governamentais – perceberam como, com toda complexidade e desajustes que apresentam, cada um em seu âmbito e um em relação ao outro, era possível estarem juntos...

Frase de Edna Roland

Os conflitos do 22 de Abril de 2000, em Porto Seguro-BA, no que deveriam ser as festividades de comemoração dos 500 anos de “descoberta do Brasil”¹ afetariam o decorrer do processo preparatório para a CM, no Brasil. Uma semana depois que a foto do índio, em situação deplorável, embebido de chuva e lágrimas, de joelhos à frente das tropas impassíveis correu o mundo, constrangidos pela repercussão mundial do “massacre”, os brasileiros chegavam a Genebra, para participarem da I PrepCon (Conferência preparatória para a CM). A delegação oficial era composta principalmente de diplomatas, mas era chefiada por Dulce Pereira, antiga ativista negra paulista, então presidenta da Fundação Cultural Palmares vinculada ao

¹ Vide ampla cobertura de *mídia* nacional e internacional sobre os confrontos entre tropas federais e ativistas políticos de variada coloração – entre eles, e cumprindo um papel simbólico marcante, os membros da aliança afro-indígena, que ao longo de mais de 1 ano se mobilizaram através do projeto "Brasil: Outros 500".

Ministério da Cultura, órgão de Estado designado pelo Presidente da República como responsável pela formulação estratégica, institucional e política, da participação brasileira na CM. Mas estava presente também uma pequena delegação de militantes negros atentos ao processo que se iniciava e imbuídos da máxima motivação para uma intervenção qualificada.²

Nas negociações oficiais preliminares, no âmbito do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, que antecederam a I PrepCon, ficara estabelecido que haveria uma preparatória oficial em cada continente e o Brasil se oferecera para sediar a Conferência Preparatória das Américas. Tal postulação poderia ser encarada como óbvia, dada a condição de país com a segunda maior população negra do mundo, no qual é candente a questão racial, gerando pesquisas de renomados especialistas nas temáticas da Cultura Negra e de relações raciais, e onde existe um Movimento Negro articulado em âmbito nacional; além do fato de ter sido a convocação daquela Conferência Mundial uma proposta levada pelo representante brasileiro, embaixador José Roberto Lündgreen Alves, na Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1997. (...)

Pois, na primeira intervenção oficial da chefe da delegação brasileira na I Prepcon, ela declarou que o Brasil não se dispunha mais a sediar a Conferência Preparatória das Américas! Sua fala caiu com uma bomba na Plenária Oficial e revoltou a pequena delegação de Entidades Negras. Principalmente porque, conforme depoimentos de ativistas presentes (não confirmados pela mesma), Dulce Pereira teria alegado em seu discurso que, entre outras razões, o próprio Movimento Negro estaria contra.

Há, todavia, uma série de antecedentes que obrigam à cautela na análise das forças e posições em jogo naquela situação. A presidenta da Fundação Palmares era conhecida pela força e impetuosidade (há quem diga autoritarismo) de suas posições; era uma respeitada ativista do Movimento Negro desde a década 70; era, também, e da mesma forma que alguns dos ativistas presentes em Genebra, fundadora e membro do Partido dos Trabalhadores – sendo, inclusive, suplente do Senador Eduardo Suplicy à época. No momento em que ela aceitou a presidência da Fundação Palmares (1995), assim como ocorrera com Luiza Erundina (ex-prefeita de São Paulo, ao aceitar o convite de Itamar Franco para compor seu Ministério), foi objeto de intensa campanha interna do partido – ataques e apoios de todos os lados, inclusive do Movimento Negro – para sua expulsão. Ao mesmo tempo, sua atuação à frente da Palmares era deplorada por importantes lideranças do Movimento Negro, que a acusavam basicamente de personalismo e de não cumprir o papel de dar curso a demandas de Entidades Negras frente ao Estado e ao governo. Tudo isto formava um contencioso explosivo. Havia, portanto, profunda animosidade e diferenças políticas e ideológicas significativas.

O fato é que a posição oficial brasileira foi definitiva e os ativistas divulgaram um documento, ainda em Genebra, no qual atacavam aquela decisão e particularmente a Presidenta:

“A decisão foi constrangedoramente anunciada ontem – dia 3 de Maio – durante sessão plenária do Comitê Preparatório, mas seus rumores já circulavam desde a Segunda-feira na abertura dos trabalhos. Em razão desses rumores as organizações do Movimento Negro estiveram na Embaixada Brasileira e ouviram do Sr. Embaixador a confirmação das mudanças de decisão, comunicada a ele apenas na Sexta-feira à tarde, no dia 28 de Abril”. “...na Segunda-feira, dia 1º de Maio, a sra Dulce Pereira, Presidenta da Fundação Cultural Palmares, pessoalmente, disseminou entre s demais delegações de ONGs presentes que a renúncia do governo brasileiro, devia-se às manifestações contrárias das ONGs brasileiras.”³

Tal estado de ânimo repercutiu profundamente no Brasil e era fatal o desgaste de Dulce Pereira e da Palmares como o centro de um processo que se anunciava de grande envergadura e mobilizador da opinião pública brasileira. A Palmares esboçou um movimento convidando importantes intelectuais negros para sua assessoria, com o propósito de se preparar adequadamente. Ato contínuo, sua presidenta foi designada para um cargo de Embaixadora e assumiu a presidência da Comissão dos Povos de Língua Portuguesa-CPLP, com sede em Lisboa. A interinidade que se alongou por cinco meses até a posse de Carlos Moura acarretou mais problemas e debilitou ainda mais sua posição.

² As Entidades Negras presentes eram: Geledes, CEAP, CONEN, ENZP, Comissão Impulsora do Fórum Nacional para a III Conf. Mundial

³ Nota das ONGs do Movimento Negro Brasileiro – Genebra, 4 de Maio de 2000.

No dia 8 de Setembro de 2000, quatro meses depois, o Presidente da República criava, através de decreto, o Comitê Nacional para a Preparação Brasileira para a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Foi uma manobra tática admirável do governo. Era de variada ordem as insatisfações com a atuação da Palmares, a sua liberdade de movimentos, o seu controle de todo o processo...

Em primeiro lugar, daí em diante não haveria mais o governo: um adversário comum capaz de unificar o Movimento Negro e outros setores do Movimento Social interessados naquele processo. Na composição do Comitê, além de membros de órgãos de vários ministérios, de membros do legislativo e do judiciário, estavam lideranças do Movimento Negro, do Movimento Indígena e Religiosos eminentes. Segundo, para dirigir o Comitê foi designado Gilberto Saboya, Secretário de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, respeitado diplomata, com brilhante folha de serviço – fora, inclusive, relator da Conferência Mundial dos Direitos Humanos, Copenhage (?) 1994. A partir de então, a Palmares deixa de ocupar o centro. Os resultados ficariam visíveis na Conferência Regional das Américas, que se realizaria em Dezembro de 2000, em Santiago do Chile.

Os depoimentos dos militantes das ONGs negras são enfáticos em considerar a Conferência de Santiago como um marco, também pelo fato de ter sido aceito, após exaustivas negociações, a inclusão do termo Afrodescendentes em todos os documentos oficiais da Conferência, substituindo, quase sempre, o termo negro. Sem pretender entrar na discussão sobre a precisão (a tendência parece ser considerá-lo auto-explicativo) ou sobre a maior ou menor conveniência do conceito, estava claro naquele contexto que afrodescendentes contemplava mais amplamente a diversidade de identidades e motivações identitárias em regiões diversas e processos nacionais específicos. Além de ser um novo “achado”, cuja proeminência prestigiava os propositores. Abria, ainda, uma brecha conceitual para a vinculação África/diáspora, fundamental para a luta (que se adivinhava árdua), por Reparações – a principal bandeira dos povos negros/afrodescendentes na CM. (Adiante se veria que o conceito amplo de Reparações, na verdade abrangia diferenças de interesses políticos, econômicos, estratégicos, entre africanos e africanos-americanos-USA e Canadá- e afro-europeus; também entre africanos-americanos e afro-sulamericanos e caribenhos, etc. Mas isso é outra discussão).

Também para as Entidades Negras foi um momento importante. Foi a primeira vez que se mobilizou uma delegação tão grande de militantes do Movimento Negro para um evento internacional. E muitos tiveram a oportunidade de “ver de perto” e compreender que a atuação naquele contexto exigia preparo e dedicação diferenciados, que poucos teriam condições de assumir.

Após a I PrepCon – Maio de 2000 – houvera um esforço de mobilização no interior do Movimento Negro. Sob a égide do Comitê Impulsor, cujos principais expoentes foram Edson Cardoso (militante negro de Brasília, que estivera presente na I Prepcon) e Luiza Bairros (Professora da UFBA e também reconhecida militante do Movimento Negro), foram realizadas duas Plenárias Nacionais de Entidades Negras. Na primeira em São Paulo-Julho/2000, ficou clara a dificuldade de se constituir tanto a unidade política, quanto um contexto de formulação estratégica coletiva visando a preparação para a Conferência. Os depoimentos recolhidos permitem avaliar que: de um lado as ONGs negras possuíam elementos que lhes permitia direcionar seus interesses e as formas de atuação mais eficazes e, também, a importância da presença e da pressão do Movimento Negro; de outro, a partir da Conferência do Chile, alguns militantes de Entidades Negras perceberam que precisariam se “acelerar” se quisessem, de fato, intervir com eficácia naquele processo.

A 10 de Março de 2001, o Comitê Impulsor realizou uma reunião de caráter nacional. Ela ocorreu na UERJ – com o registro de 43 entidades presentes, apenas 9 não-negras mas representadas por negros – e sua principal deliberação foi a convocação de um seminário nacional (que mudou para II Plenária Nacional de Entidades Negras) para o mês de Maio. No relatório consta a presença de representantes de 6 estados. Era distinta a posição das ONGs e das Entidades Negras em relação a uma questão crucial: deveria se realizar um Seminário Nacional para se aprofundar a compreensão e as estratégias do Movimento para a Conferência, ou utilizar os recursos possíveis de serem conseguidos junto a parceiros externos, para ampliar a delegação do Movimento a Durban? Foi um momento interessante em que, apesar das divergências fundamentais (para as ONGs a estratégia já estava definida, eles já sabiam o que fazer) o clima era de tolerância recíproca. E permaneceu graças à “vitória” da posição defendida pelo Comitê Impulsor: por isso havia convocado a reunião, para não deixar a atuação das ONGs livre da pressão do conjunto do Movimento.

De 11 a 13 de Maio se reunia a II Plenária Nacional de Entidades Negras, UERJ/RJ. Foi significativa a presença do Embaixador Saboya e da, então, Vice-Governadora Benedita da Silva, na abertura oficial do evento. Ao contrário do que se temia, não houve nenhuma manifestação de hostilidade ao Embaixador e sua comitiva. Essa Plenária foi muito representativa. Não tive acesso ao relatório que, ao que parece, ainda não foi disponibilizado, mas falava-se (e há registro em fitas de áudio que podem comprovar) na participação de representantes de 18 estados. Era visível que (e quanto) a maior parte da militância desconhecia das características de uma Conferência Mundial e das possibilidades, dos espaços, das formas de participação. E esse desconhecimento transbordava ansiedade, contrastando com a serenidade de membros de ONGs Negras, senhoras (es) daquele contexto. Elas (eles) eram detentoras (es) de vultosa massa de informações intensamente trocadas, inclusive, através de duas listas via *internet* – discriminação racial e mulheres negras – criadas especificamente para esse fim. Importante assinalar que a intervenção dos membros das ONGs negras se deu quase sempre com o propósito de explicar o processo preparatório e o que era a Conferência Mundial, além de esclarecer dúvidas sobre as possibilidades de participação do Movimento Negro. Não era fácil o diálogo, nem na cena principal, nem nos bastidores da Plenária. Num clima de aguda disputa os ativistas das ONGs Negras não conseguiam (ou não quiseram) ser enfáticos e didáticos para favorecer a compreensão sobre o caráter geral da Conferência e grande parte da militância envolvida na disputa, não conseguia (ou não queria) ouvir. Havia, sim, o confronto entre políticas e estratégias diferentes, havendo mesmo quem fosse contrário à participação na Conferência.

Pode-se dizer que um tema galvanizava o ambiente: quem vai à África do Sul? Embora ainda não estivessem definidos o montante das bolsas, nem mesmo as fontes, o que só iria acontecer já nos meados de Agosto. As decisões finais passariam pelas ONGs Negras, interlocutores permanentes das agências, e não é difícil imaginar os conflitos, angústias e frustrações, inimizades, rupturas políticas e institucionais que elas certamente geraram. Havia, também, os militantes cujas disputas se davam em outros espaços: nos órgãos de governos onde eram referências na questão racial, junto às casas e aos mandatos parlamentares onde atuavam, nos seus esquemas sindicais e/ou partidários, enfim, um amplo leque de espaços “aparelhados” pela militância Negra. Finalmente havia os que não disputavam essas bolsas, ou porque não tinham chances, ou porque preferiam evitar os desgastes, mas que estavam decididos a ir com seus próprios recursos – queriam vivenciar aquele momento na sua excepcionalidade, na riqueza de emoções, de novas experiências, enfim, algo “imperdível para quem está na Luta, de corpo e alma”⁴. A direção da Plenária esteve a cargo, principalmente, de Luiza Bairos, que conseguiu se haver com firmeza e serenidade. Embora as disputas dominassem a cena – pelos desafios lançados, pelo ímpeto dos e das oradores e oradoras – é possível perceber, através das fitas de áudio gravadas, que muit@s tentavam obter informações sobre as características e a dinâmica daquele processo. O seu interesse maior era exatamente saber como poderiam contribuir para a “grandeza que uma CMCR merecia”. Talvez se pudesse, apressadamente, rotular como ingênuas tais posições políticas. Talvez o adjetivo mais adequado fosse: generosas. De qualquer forma foi um grande momento protagonizado pelas Entidades Negras, a partir do investimento declarado de 2 ONGs Negras – CEAP/RJ e CEERT/SP que canalizaram recursos de parceiros (a Fundação Ford foi sempre muito citada naquele contexto, e parece realmente ter alocado a maior quantidade de recursos), na sua mobilização.

Ainda em Maio, aconteceu a II Precon em Genebra. Foi possível ver, então, o que significava “o preparo” (que até então funcionava como um mito) exigido aos e às militantes. É verdade que poucos se desembaraçavam bem em outros idiomas, mas aqueles se desdobravam – e aí vale uma menção à “especialidade” das relações entre as e os ativistas negros e dois membros brasileiros (um negro e um branco) da Comunidade Ba’Hai. O “pique” e a concisão de objetivos, a atenta leitura dos *drafts* (rascunhos dos textos oficiais disponibilizados a cada dia), o acompanhamento dos debates em plenário, as articulações favorecidas pelos contatos e a visibilidade internacional de alguns ativistas brasileiros.

Era admitida como importante a experiência adquirida por algumas ativistas que vivenciaram o processo da Conferência Mundial de Mulheres (Beijing-China/1995). Estas informavam sobre a dinâmica e as características principais de uma reunião preparatória para elaboração dos documentos que seriam finalizados na Conferência Mundial. Aí estaria, talvez, uma das razões da força e da propriedade com que se apresentavam as ativistas negras. As ONGs de mulheres negras haviam se preparado! *Folders* e outros documentos em inglês e espanhol, adereços (lenços, e outros) distintivos, etc. A partir de Santiago, mas principalmente depois de Genebra ficaria visível a proeminência feminina nas delegações de ativistas negros ao longo do processo preparatório.

⁴ Depoimento gravado de Elizabeth, militante do Quilombo organização negra do RN.

A complementaridade entre delegação oficial e ONGs que se mostrara exitosa em Santiago (a recorrência no texto expressa o que ia no discurso d@s ativistas) viria a se consagrar em Genebra. As mesas compartilhadas nos espaço de lazer, lanches e amenidades, os *briefings* diários entre a delegação oficial (várias vezes com a presença do Embaixador) e as (os) ativistas, em salas devidamente agendadas, as trocas de informações e impressões, a participação em mesas de debates muito concorridas que se davam em paralelo às oficiais... Mas como poderia ser muito diferente? Dos cerca de 20 membros da delegação oficial, quase a metade eram militantes negros, inclusive 1 deputado federal (eram 3, todos negros), um pastor protestante e um alto funcionário da SEDH. Importante salientar que tal nível de relações estava longe de alinhá-los perfeitamente quanto a estratégias e interesses e perspectivas políticas e ideológicas. Havia os espaços próprios de cada agente, dos e das ativistas negras (os) coletivamente, da delegação oficial também coletivamente, e dos grupos mais afins em cada um desses coletivos. Isso se manifestava nas reuniões matinais, às vezes ainda nos quartos dos hotéis ou nos encontros anteriores à chegada ao *Palais des Nations* (o Palácio das Nações-complexo de edifícios articulados-sede central da ONU em Genebra); na emissão de documentos aos presentes na Prepcon ou relatórios enviados por *e-mails* para divulgação no Brasil, na delegação de atribuições como, por exemplo, junto às instâncias de articulações de afrodescendentes de toda a diáspora – por sinal, era um espaço sempre tenso, com disputas acirradas (nem sempre conflituosas) graças às vaidades e outras idiosincrasias pessoais, mas também devido aos alinhamentos que se davam em nível internacional, com implicações junto a agências de fomento e outros organismos inter e multilaterais.

Descortinava-se, ali, um mundo que só era dado a poucos ativistas negros brasileiros. Dos que estavam naquele momento em Genebra, alguns estiveram em Petare-Venezuela entre 22 e 24 de Abril. Lá, foi ultimada a preparação da *Alianza Afro Latina e Caribenha*, com a delegação de responsabilidades e atribuições para cada um dos membros, dentro de uma agenda bastante ampla de todo o processo (até mesmo a participação na Conferência da Europa, por exemplo). Foi feita também a avaliação dos documentos finais do Fórum das Américas, reunião satélite-preparatória realizada sob os auspícios do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos, em Quito-Ecuador (em que membros brasileiros da *Alianza* estiveram presentes), na qual se identificava a dificuldade de aceitação do termo Afrodescendentes, retirado do relatório final. O papel da *Alianza* – e a participação d@s brasileir@s nela – constitui uma história a parte, incabível aqui. Todavia é imprescindível um comentário: a criação da *Alianza* se dera em Setembro de 2000, em San Jose-Costa Rica, culminando contatos que vinham tecendo uma rede de informações e de trocas de experiências, de consultas recíprocas entre militantes negr@s, nas 3 Américas e no Caribe, e que foi potencializada graças à cooperação da Ford Foundation, no período em que era oficial de projetos Edward Telles. Este pesquisador e professor universitário nos EUA acaba de lançar um livro contando essa história. Pois bem, pode-se dizer que a *Alianza* se constituiu numa usina geradora de ações estratégicas articuladas, das mais efetivas e consistentes (e não só entre afrodescendentes) no âmbito das ONGs, ao longo do processo internacional a caminho de Durban – particularmente no que toca aos textos dos documentos oficiais. Na II Prepcon e em Durban era de se notar a unidade (apesar de certas veleidades) entre seus membros. Parece, também, que de alguns países latino americanos e caribenhos, negros, apenas membros da *Alianza* estavam presentes, o que pode dizer algo sobre a força de seus membros nos processos internos de seus países. Merece registro, ainda, o seu desempenho nos contatos internacionais, com variado tipo de agências de fomento.

Em Julho, se realizava, na UERJ/RJ, a Conferência Nacional preparatória para a Conferência Mundial. Foi o evento preparatório que adquiriu maior visibilidade. Para isso concorreram alguns fatores: primeiro, a proximidade da Conferência Mundial. Já havia mais interesse de *midia*, o tema motivava discussões em vários setores da sociedade, internacionalmente já havia repercussões das dificuldades enfrentadas na elaboração dos documentos. Segundo, que a presidente seria Benedita da Silva, a vice-governadora, por si só uma personalidade capaz de galvanizar atenções, ainda mais que ela era membro do Comitê Nacional Preparatório, atuando em complementaridade com o Presidente do Comitê, Embaixador Gilberto Saboya. A organização da Conferência Nacional foi um momento ímpar. As opiniões se dividiam no âmbito do governo, quanto à conveniência de se ter à sua frente alguém tão forte e de um partido adversário. Por outro lado, como não contar com Benedita da Silva seu carisma pessoal e visibilidade institucional, política, além de ostensiva atuação como fiadora da Conferência Nacional?

Na verdade, havia sempre a preocupação oficial em não perder a legitimidade internacional para falar sobre relações raciais, o que implicava em manter boa relação com o Movimento Negro. Isso, porem, não deveria se dar ao custo de tal fortalecimento das posições do Movimento Negro, que lhe permitisse hegemonizar a própria expressão das posições oficiais, concedendo-lhe maior visibilidade internacional, criando problemas maiores adiante, na volta ao cotidiano de lutas contra o racismo na sociedade brasileira. Depois de

surpreender negativamente com a recusa de organizar a Conferência das Américas, o governo (a diplomacia) brasileira, não pretendia sofrer mais um desgaste, aproveitando debilidades/divergências internas do Movimento Negro, para deixar transcorrer um processo preparatório pífio, sem credibilidade. E também precisava do ímpeto e competência d@s militantes para formular intervenção de maior qualidade na redação e nas negociações que geravam os documentos (declaração e plano de ação). A delegação oficial era largamente dependente d@s militantes. A Conferência Nacional, então, traria ao processo brasileiro, aquela aura de legitimidade social que fortalecem atuações no âmbito internacional.

Vale, no entanto, referir as controvérsias de todo tipo que ela gerou. Até o último momento, apesar das garantias da vice-governadoria e do presidente do Comitê Preparatório, havia dúvidas se ela se realizaria:⁵

- Os recursos eram um problema: o Rio de Janeiro era oposição ao governo federal e Benedita do principal partido da oposição;
- Os temores quanto ao comportamento de uma “massa” de militantes inflamados era outro;
- Os objetivos expressos da Conferência Nacional – elaboração de documentos para subsidiar a atuação oficial brasileira em Durban – já haviam sido parcialmente cumpridos com a seqüência de Seminários Temáticos da Fundação Palmares e dos Seminários Regionais Preparatórios da SEDH, ocorridos em diversos estados de todas as regiões, e já estava devidamente contratada a elaboração dos relatórios finais que cumpririam aquele papel...

A entrevista gravada com a vice-governadora permite avaliar as suas razões de especial insistência na realização da Conferência Nacional. Ela a via como essencial, “*uma oportunidade que não deveria ser perdida*”. Para ela, ao invés das discussões serem remetidas a Durban e só a partir da aprovação dos documentos finais mobilizarem a opinião pública brasileira, se deveria priorizar, como parte da preparação, uma ampla mobilização capaz, inclusive, de pressionar o desempenho da delegação oficial brasileira, antes, durante e no pós Durban.

A quantidade de problemas, também administrativos, mas principalmente no que toca às disputas políticas, desaguarão na plenária final, obrigando a vice-governadora a um desempenho extraordinário – um discurso memorável, no qual se esforçou por reconhecer as divergências e ambigüidades das posições em jogo (inclusive quanto ao papel que ela estava representando), mas, com firmeza, acentuou a necessidade de se equilibrarem os ânimos, porque, por mais importantes que fossem as discussões ali levantadas, aquele era o momento nacional de um processo internacional.⁶

De qualquer forma a Conferência Nacional reuniu representações do Movimento Negro (insisto em não abordar a amplitude de representações de outros Movimentos Sociais e de outros setores interessados) de todo o país. Vale a pena referir duas expectativas convergentes que permitiram àquela Conferência alcançar maior vulto: a vontade de participação dos mais variados tipos de militantes e Entidades Negras – ao fim das contas, esse tipo de evento possibilita novas experiências, contatos, oportunidades de trocas e aprendizagens, além de recarregar as forças (algo sempre importantes para a militância negra); e a intensidade da divulgação e articulação a partir da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, cujo assessor especial esteve presente em muitas assembléias estaduais e regionais para a escolha de delegados. É possível observar, pelas falas de alguns agentes destacados, mas também em depoimentos “relâmpagos” colhidos de militantes anônimos de diversos estados e regiões, que havia consenso sobre o impacto daquele evento no íntimo de cada um, mas também, no que possibilitaria de desdobramentos – pela primeira vez, órgãos municipais, estaduais e federais atuaram conjuntamente montando uma logística admirável para transporte e permanência (hotéis e outras formas de hospedagem, alimentação, deslocamentos, etc), em função de um evento envolvendo não mais a cultura negra, isso (há tempos!) já “faz parte”, mas a Luta Contra o Racismo.

Também a organização da infraestrutura e desenvolvimento da Conferência no Rio de Janeiro foi objeto de dedicação ímpar de quadros selecionados pelos governos municipal e estadual (não estou emitindo juízo de valor, falo de dimensões e de intensidade de articulações necessárias para dar conta de evento com aquela envergadura).

⁵ Em certo momento, houve, inclusive, uma gestão de parlamentares negros para que a Conferência Nacional não ocorresse. Seu argumento era que ela “não serviria de mais nada”, se realizada após a PrepCon, pois documentos que dela resultassem não teriam mais nenhum papel. Tal posição significava o desconhecimento da dinâmica dos processos preparatórios de uma Conferência Mundial, onde na redação dos documentos oficiais as negociações, longas e delicadas, exigem muitas vezes o abandono de posições fechadas.

⁶ Optei por um breve resumo e não transcrever trechos entrecortados da fita de áudio gravada ao vivo.

É possível, também, perceber que havia receios em muitas vozes. Era flagrante o choque causado sobre os diplomatas e outros membros de governo e do Estado frente à pujança (lembrou a Marcha a Brasília de 1995!) da presença negra nos discursos e outras linguagens. Será que as medidas governamentais pós Durban (Ação Afirmativa em ministérios e outros órgãos, criação do Conselho Nacional de Combate ao Racismo, etc), viriam sem aquela mobilização e vibração?

Mas, também, pode-se dizer que tudo foi “produzido”. Uma ação estratégica do governo federal fazendo concessões e abrindo espaços, enfim, soltando (alguns) anéis... Há, também, quem observasse pela ótica do rendimento para militantes negros (particularmente das ONGs) que se reforçavam politicamente e adquiriam maior margem de manobra, fosse em relação aos recursos disponibilizados (as “becas” para levar militantes a Durban, por exemplo), ou a maior força e respeitabilidade nas suas relações com a delegação oficial e órgãos de governo, ou no crescimento do cacife para futuras negociações. Como serão aproveitados, adiante, os contatos, as experiências adquiridas por esse amplo conjunto de agentes: negros, não negros solidários, não negros a partir dali despertados para uma dimensão insuspeita da questão racial? Afinal, o governo federal (e até negros do Governo, por sinal), estava no comando daquele evento. Quem pode assegurar controle sobre os desdobramentos daquela interações?

Durante a Conferência Nacional, Hédio da Silva Jr, advogado e dirigente de uma respeitada ONG Negra nas áreas jurídica e de relações de trabalho – o CEERT-SP – até ali membro do Comitê Preparatório e encarregado do seu relatório final (documento que seria levado a Durban), comunica seu afastamento. Suas razões foram amplamente divulgadas através de carta aberta e em entrevista à Folha de São Paulo do Domingo dia 12 de Julho, dia final da Conferência. Ele resguardava a figura do Embaixador Saboya, mas não via força, interesse e vontade política do governo federal na implementação de medidas que buscassem a eliminação da discriminação racial.

A conjuntura à volta da Conferência

*“O Movimento Negro deu um salto qualitativo
no processo organizativo da Conferência de Durban.
Se vamos ter competência e maturidade para sustentar esse salto,
Aí é o futuro quem vai dizer”*
Sueli Carneiro

*“Embora eu seja um candidato a jurista
e acredite que o direito internacional público seja um instrumento
que, efetivamente, pode ser útil à nossa luta,
Não atribuo à Conferência da África do Sul responsabilidades
Que sejam exclusivamente nossas”*
Hédio Silva Jr

Os eventos referidos acima funcionaram, sem dúvida, como o impulso decisivo da espiral de controvérsias deflagradas pelo presidente da república, ao se declarar, em setembro de 2001, favorável às cotas para negros em universidades públicas e na composição de quadros governamentais. Gostaria, então, de referir brevemente a aspectos do desenvolvimento mais recente do Movimento Negro e analisar a sua importância para a compreensão das tensões evidenciadas no seu meio e também para refletir algumas nuances das relações estabelecidas com as instâncias oficiais/governamentais de preparação da Conferência. Penso ainda que isso ajudará a compreender o protagonismo do Movimento Negro no pós Durban.

Essa análise parte do pressuposto de que a consistência e o poder de intervenção daquele Movimento Social (qualquer que seja sua direção) têm sintetizado o motor e a ponta-de-lança da Luta Contra o Racismo. E está, ao mesmo tempo, impregnada da vontade de superação dos problemas que prejudiquem a sua unidade, compreendida como geradora de eficácia no desenvolvimento da luta contra o racismo. Mas é essencial considerar o alerta de Castells: *“A análise intelectual exige o relativo distanciamento das tarefas imediatas da luta para poder entender os mecanismos não visíveis e as contradições subjacentes. É essa a verdadeira contribuição de um trabalho teórico: ajudar a esclarecer o que parece opaco na prática diária”*, (Castells.1980;17).

Tenho como Movimento Negro o conjunto de Entidades/ONGs Negras e uma militância nem sempre fácil de categorizar, dada sua característica difusa e irregular, que pode variar em intensidade e compromisso e em determinadas épocas e/ou circunstâncias, e ocupa o amplo espectro da sociedade brasileira, em todas as regiões do território nacional. O termo Consciência Negra é recorrente nas formulações identitárias dessa militância. As formas e os conteúdos das ações que ela implementa comportam, inclusive, sua responsabilidade de auto-definição. Como exemplo, pode-se observar a diversidade de programações à disposição no mês da Consciência Negra em 2001, no Rio de Janeiro. Eventos promovidos: pelo Governo do Estado, por Associações de Servidores de uma universidade e de um hospital públicos, pelo Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro, em Sindicatos filiados a diversas Centrais sindicais, em Escolas de Samba (dos vários grupos) e Grupos de Capoeira (de variada característica), em Associações culturais vinculadas a Comunidades Terreiros de matrizes africanas, em Igrejas Cristãs de fé católica e protestante, em Associações de Moradores em diversos bairros, em incontável número de Escolas públicas estaduais e municipais, etc... É desse amplo universo que estou falando. Entre os dois conceitos (já clássicos) de Joel Rufino dos Santos (1985), de MNsentido estrito (militância apta à luta política contra o racismo dentro dos marcos institucionais vigentes) e MNsentido amplo (todas as formas de luta e resistência negra), eu diria que aqueles espaços nem sempre constituem, assumidamente, Movimento Negro, mas através da Consciência Negra, ali está o Movimento Negro.

Não se trata aqui de fazer uma avaliação do que representam ONGs e Entidades Negras, mas de conceituá-las. Penso que é relevante para a análise da nova configuração que vem tomando a luta contra o racismo, evidenciada durante o processo preparatório e no momento atual, pós Durban.

As Entidades Negras são formadas a partir da década de 70, e na década de 80 vão adquirindo um perfil de espaços de contestação declarada e ostensiva ao mito da democracia racial e ao mesmo tempo, gerando um pensamento difuso – que pode ser categorizado como *consciência negra* – que questionava a hegemonia dos valores históricos, simbólicos, estéticos (Zumbi era um negro fujão, os negros deveriam ter "alma branca", a cultura negra era folclore, etc), e dos modelos de integração racial (pela via do individualismo, "o negro tem que ser o melhor", etc). Essa nova postura política e ideológica – e já foram realçadas as condições em que se dava a emergência de um "novo negro" (Pereira-1998) – rompia drasticamente com o que ocorria nos clubes de negros e nas formas de organização baseadas nas manifestações culturais que as antecediam. Mas, por outro lado, as novas Entidades adotavam um aspecto que as assemelhava às mais antigas: eram basicamente financiadas pelos próprios membros, recorrendo vez ou outra a pequenos benefícios do poder público ou a favores de organizações da sociedade civil e de outros setores do Movimento Social.

Não tenho conhecimento de outro caso, além do IPCN-RJ, de acesso à cooperação internacional por parte de Entidades Negras, ainda na década de 70⁷. Já no início dos anos 80, em todas as regiões brasileiras e com variadas propostas de trabalho, surgiam Entidades Negras, já atentas para um novo modelo que hoje adota a designação de ONG. Mas, os seus projetos pediam, em geral, financiamento para infraestrutura e atividades e é o que vai mudar radicalmente nos anos 90. A remuneração de serviços era algo pontual e temporário. Salvo erro de interpretação, os militantes não se viam vivendo da dedicação à luta (isso seria até mal visto em algumas rodas).

As ONGs negras nem sempre surgiram das Entidades Negras, mas têm sua gênese na ação do Movimento Negro, sentido estrito. Seus quadros não seriam egressos da militância negra, provavelmente apenas as suas lideranças mais destacadas. Seriam recrutados entre negros com formação especializada nas áreas de atuação pretendida – pode-se observar uma concentração nas áreas jurídica e direitos humanos, de educação e de trabalho. Essas organizações estreitaram as relações com a cooperação internacional e, para algumas, essas relações saltaram para um outro patamar. Embora incorporassem a Consciência Negra e o sentido geral da luta contra o racismo, se caracterizaram e se diferenciaram principalmente pela atuação a partir de projetos com prescrição de objetivos, delineamentos estratégicos, prazos e âmbito de atuação bem identificados.

⁷ O IPCN-Instituto de Pesquisas das Culturas Negras, fundado em 7 de Julho de 1975, se constituiu, nos finais dos 70 e até finais dos 80, num espaço de articulação da quase totalidade da militância negra no Rio de Janeiro e uma referência nacional de Entidade Negra Tal visibilidade se deveu em grande parte graças à compra de uma sede própria no centro da cidade, com recursos doados pela Interamerican Foundation, organização vinculada ao congresso norte-americano. Também no RJ, em 1981, a ACAAN-Associação Cultural de Apoio à Arte Negra-RJ – que teve vida efêmera – contou com aporte da Ford Foundation.

Pode-se dizer que era o Movimento Negro se adequando às possibilidades que se abriam, na virada dos 80 para os 90, com o fortalecimento das concepções sobre o terceiro setor em todo o mundo.

Em sentido contrário à essa distinção conceitual que estou fazendo existe a alegação de que nenhuma Entidade Negra, hoje, sobrevive sem apoio de alguma fonte de fomento, seja da cooperação internacional, de fontes governamentais dos três níveis, de parceria com empresas, etc; o que daria a todas a mesma característica quanto aos compromissos institucionais e aos padrões de financiamento. Estaria subjacente a essa argumentação um remetimento das diferenças entre os resultados e a visibilidade de umas e outras à qualidade dos seus quadros e projetos, e/ou à objetividade/maior definição/precisão das suas estratégias e conteúdos de atuação. Penso que tal argumentação deve ser considerada, mas também não acho que seja tão simples. Teríamos, então, uma "evolução natural" de um tipo de Entidade, de característica e de proposta/possibilidade de atuação, para outra, mais competente ou mais bem apetrechada/adequada às necessidades requeridas à intervenção do Movimento Negro, à eficácia de suas demandas, etc.

Gostaria de problematizar tal concepção a partir do seguinte ponto de vista: se as Entidades Negras foram capazes de elevar a luta contra o racismo a um novo patamar, incorporando a temática à agenda da sociedade brasileira, politizando a questão racial (Rufino dos Santos.1994; d'Adesky. 1996, Bairros 1995), capilarizando novos sentidos de valor a referenciais históricos, simbólicos, estéticos, antes desprezados (Mendes Pereira, 1998); que consequências poderia trazer para o impulso e eficácia das ONGs Negras, uma desvinculação orgânica abrupta com aquele contexto, no momento de: a) alcançarem êxitos significativos nas propostas de elaboração, articulação e implementação das medidas de Ação Afirmativa? Ainda mais que estas, até agora, são defendidas por parcela restrita dos quadros dos poderes públicos (por definição temporários), ou de agentes privados, realmente com poder para "bancá-las"; b) transcenderem as medidas de Ação Afirmativas, através da implementação de políticas públicas articuladas que tenham o objetivo de atenuar as desigualdades raciais, ao mesmo tempo, que remexer as suas teias de significações? Sem força política, sem mobilização, as negociações seriam reféns da boa vontade, das motivações, enfim do real interesse e força política dos seus interlocutores no âmbito do sistema de poder.

Desde já quero frisar que me parece importante discutir essas questões com o sentido de alertar e fortalecer o papel crucial que, nesse momento, representam algumas personalidades e ONGs Negras, sua capacidade de interlocução, bem como sua habilidade e experiência adquirida trilhando caminhos "nunca d'antes navegados", com nível de exposição pessoal e institucional de "alto risco", no famoso "fio-da-navalha". Muito menos estaria em questão a sua legitimidade para cumprir esse papel e conquistar espaços de atuação efetiva. O que importa é avaliar a capacidade de manterem o "padrão de vôo" estabelecido, além de ampliarem, tanto o nível de articulação e alianças, quanto o alcance social da sua intervenção.

Gostaria de expor, ainda, alguns fatores que se interligam/cruzam e me parecem determinantes na constituição da conjuntura da LCR. O primeiro seria o alto grau de politização alcançado por algumas Entidades/ONGs Negras. No início dos anos 90 começaram a se destacar parlamentares negros formados politicamente a partir da Consciência Negra e que passaram a imprimir, embora ainda timidamente, essa caracterização à sua atuação.⁸ São, também, criados inúmeros conselhos municipais e estaduais especificamente voltados para as demandas geradas pela questão racial. São as ONGs Negras, no entanto, que vão assumir o papel de enfrentamento permanente desafiando órgãos de governos e de Estado com suas demandas nas áreas de direitos humanos, de relações de trabalho, de Educação, principalmente. E a sua ação vai mais longe do que as denúncias formuladas tempos atrás: elas tiveram condições diferenciadas (como visto acima) para encaminhar suas proposições. Pela via do combate ou da negociação as Entidades/ONGs Negras em todo o país conquistam espaços institucionais – em Conselhos de Educação, de Direitos Humanos, Conselhos femininos, Tutelares, etc – e cedem quadros para cargos de governo, em assessorias parlamentares, etc. Em 1995, por efeito da "Marcha a Brasília", no tricentenário de Zumbi dos Palmares, foi criado o GTI (Grupo de Trabalho Interministerial contra as desigualdades Raciais), numa tentativa de articular órgãos do governo federal para elaboração e implementação de políticas públicas específicas.

⁸ O caso Benedita da Silva me parece um tanto diferente. Ela foi, desde o início, "mulher, negra e favelada". Foi apropriada pelo Movimento Negro e seu mandato sempre teve um espaço (até por que não poderia ser diferente) para essas questões, mas ela não foi formada pela Cultura de Consciência Negra. Esta aos poucos a empolgou também, assim como a vivência internacional que adquiriu, em África, nos Estados Unidos, e em todo lugar sendo saudada como Negra, exceção no seu país, etc.

De certa forma essa politização é tida como altamente positiva, graças à concepção de uma evolução natural das lutas negras culturais para a política, esta vista pelo senso comum de vinculação a lutas eleitorais, sindicais, etc. Essa hierarquização foi identificada por Joel Rufino dos Santos como "*chantagem do maquiavelismo ocidental que hierarquizando as ações sociais, estigmatiza como alienadas e inferiores as não explicitamente políticas e como inconsequentes as que parecem não acumular energia política*" (1985.304), mas era corrente dentro do próprio MN e estava presente no discurso militante/acadêmico dos anos 80 e 90 (González 1981). A esse respeito é significativa a tese de Doutorado de Michael Hanchard (2001), analisando o MN em SP e RJ na década de 80, de que, no Brasil, não teria se formado um Movimento Negro mais consistente (leia-se mais politizado) devido a um "desvio" (o termo é meu) culturalista. Bairros (1995), replica essa visão de Hanchard, afirmando que existe um setor politizado no Movimento Negro, ao mesmo tempo que consignando a hierarquização política/cultura questionada por Joel Rufino. Pode-se dizer, então, que havia um caldo de cultura favorável à emergência de novas formas de atuação no MN. As ONGs Negras estariam, então, legitimadas. Seriam herdeiras naturais do acúmulo das lutas negras que as antecederam e estariam à vontade para romper vínculos orgânicos e se desvencilhar do peso do culturalismo (visto como "excesso", estar demais voltados para a cultura, ocupando prioritariamente espaços tradicionalmente concedidos), para atuar politicamente.

Apesar de vínculos culturais muitas vezes serem mais do que reforçados ao nível individual por militantes, talvez seja um problema a ser enfrentado adiante o rompimento orgânico tão drástico com conteúdos e relações tão complexas, como são as culturais no bojo dos Movimentos Sociais, mormente do Movimento Negro brasileiro. Corre-se o risco de cair num outro tipo de culturalismo, reificando a cultura (já que é impossível abandoná-la de vez), derrapando na sua mera utilização simbólica, incapaz de aproveitar seus conteúdos dinâmicos, transformadores.

O segundo seria a sensibilização cada vez maior de alguns setores do Estado e da sociedade civil, sem saída explicativa frente ao volume da produção e divulgação de pesquisas sociológicas dando conta das desigualdades raciais. Nos meados dos 90, em todo o espectro da sociedade há pessoas sensíveis, "minadas" pela força argumentativa, "trabalhadas" para a discussão racial. Para alguns, é como se houvesse cada vez menor margem de manobra. Talvez se possa falar da instituição de um campo propício à construção de uma nova Cultura de Consciência Negra. Não tenho conhecimento de investigação a respeito, mas é possível falar a partir das secretarias ou outros mecanismos atuantes, hoje, em muitos partidos políticos, sindicatos e associações de classe, culturais, recreativas e outros espaços coletivos. Mas tudo isso agia num terreno bem semeado. A ação perene e consistente do Movimento Negro em sentido amplo, potencializada pela assimilação e resignificação da Consciência Negra é o pano de fundo que alimenta o desenrolar dessa conjuntura. Penso em calçar essa afirmação, por exemplo, na variada e abrangente programação à disposição em torno do *mês da Consciência Negra*, conforme referido acima, na conceituação do termo Movimento Negro.

Um terceiro fator seria a larga influência, principalmente a partir dos anos 90, da linha de pesquisa sociológica capitaneada por Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva, que priorizou a análise de dados estatísticos com o propósito de medir as desigualdades raciais. Seus números eram (e têm sido cada vez mais) contundentes materializando o que era recorrente no discurso do Movimento Negro. Este se apropriou desses dados e passou a brandi-los como uma legitimação científica da consistência de suas demandas. De tal forma que, hoje, se poderia observar a compartimentação/contingenciamento da Luta Contra o Racismo, como luta contra as desigualdades raciais (quanta ambiguidade nesses conceitos aparentemente redundantes).

A minha insistência é que houve uma aceleração desse viés da Luta Contra o Racismo, graças ao processo preparatório da CMCR. Aí se constituiu na primeira ação de grande envergadura que se pode caracterizar como de complementaridade entre Movimento Negro e setores do Estado e de governos, bem como da sociedade civil e de outros setores do Movimento Social. Esta complementaridade se expressou de variadas formas. Um intelectual/militante do Movimento Negro – Henrique Cunha Jr – professor universitário, foi chamado a contribuir com a Fundação Palmares na elaboração e implementação do seu projeto como instância de governo designada para presidir a preparação oficial da Conferência Mundial; destacadas intelectuais/militantes e dirigentes de ONGs de mulheres negras – como Magali Naves, Fátima de Oliveira, Edna Roland (que, indicada pela delegação oficial, foi escolhida Relatora Oficial da Conferência Mundial), Dora Bertúlio – foram chamadas a assessorar a delegação oficial na elaboração de documentos e nas negociações que se dariam na Conferência Regional das Américas, nas Precons e em Durban; militantes negros, como Wânia Sant'anna e Hédio Silva Junior, assumiram responsabilidades na elaboração do documento oficial brasileiro para Durban. Ivanir dos Santos e o Reverendo Olímpio Santana, também notórios militantes negros eram membros do Comitê Preparatório Oficial. Era flagrante o entrosamento entre

militantes e membros da delegação oficial nas discussões, proposições e negociações efetuadas nos momentos internacionais do processo preparatório. Foram concorridíssimas, graças à mobilização das Entidades e ONGs negras, as Conferências Temáticas realizadas em 11 estados – entre Agosto 2000 e fevereiro de 2001 – sob a égide da Fundação Palmares. A SEDH do Min da Justiça realizou em SP, PA e BA, ao longo de Novembro de 2000, 3 Seminários Preparatórios (ou Pré Conferências como consta na apresentação da publicação), mesclando em todos a participação de intelectuais/militantes negros e especialistas na temática. O Embaixador Gilberto Saboya esteve presente na abertura do II Fórum Nacional de Entidades Negras; e na Conferência Nacional, as autoridades governamentais que se fizeram presentes (fora naturalmente a, então, vice-governadora Benedita da Silva que estava “em casa”) encontraram nas direções de mesas verdadeiros escudos (que nem foram necessários!) contra qualquer agressão do plenário.

A densidade e a visibilidade desse contexto redundaram no fortalecimento interno e das relações internacionais das Entidades/ONGs Negras brasileiras, mas, também, numa oportunidade ímpar (interna, como externamente), de legitimação do governo e do Estado brasileiro perante o contencioso racial.

No que toca às Entidades/ONGs Negras, este fortalecimento institucional e político terá sido acompanhado por um nível mais amplo de articulação, de confiabilidade mútua, que permitam o estabelecimento de ações estratégicas coordenadas e por isso mais conseqüentes e eficazes?

Através da pesquisa realizada durante o ano de 2001, num esforço de registrar o processo preparatório da Conferência Mundial Contra o Racismo, foi possível ouvir, acessar e receber documentos das diversas correntes de pensamento e ação no Movimento Negro, nem sempre contidas no binômio Entidades/ONGs Negras. Além das diferentes percepções a respeito das características e da dimensão da Conferência e do difícil diálogo (por inoperância ou deliberadamente) entre si, foi possível observar, entre agentes do Movimento Negro, formas extremamente divergentes na concepção e nas interações de cada um com outros atores: governos, outros Movimentos Sociais, *mídia*. Imersos numa ampla cadeia de relações políticas e institucionais, as diferentes organizações negras freqüentemente deparam desafios que exigem sigilo e decisões exclusivas. São comuns, também, percalços e enfrentamentos entre si e/ou esquemas de alianças que, em última análise, não interessam, de uma ótica consensual, à perspectiva da luta contra o racismo – talvez devesseser objeto de discussão em contextos restritos e mais apropriados – e que podem fragilizar a todas. Há, e todas estão conscientes disso, contradições na sociedade que ainda não foram efetivamente demandadas pelo Movimento Negro. Varia muito, por exemplo, o grau de atenção (e de possibilidades efetivas de intervenção) dos militantes negros em relação aos sentidos da cooperação internacional e suas conexões estratégicas com os blocos de poder mundial; ou ao poder da *mídia*; ao poder judiciário; ao contexto e à dimensão do poder da produção acadêmica e de difusão de novos conhecimentos e significações sobre a realidade social e histórica.

De qualquer forma, aquele contexto tão intenso de interações – Entidades/ONGs Negras-setores de governo – consolidou sua hegemonia no pós Durban. O problema, ao meu ver, seria tornar absoluto o viés da luta contra o racismo que têm como programa de ação a reversão dos números das desigualdades mais imediatamente enfrentáveis. Será possível reduzir a dimensão histórica do racismo aos seus efeitos mais visíveis que podem ser contados, medidos e pesados? Pegando emprestado o conceito de Appiah (1997) pode-se dizer que a racialização – pensar os lugares sociais a partir da raça – disseminada em todo o espectro da sociedade brasileira – estabeleceu uma hierarquia de valores e uma gama de referenciais simbólicos, históricos, estéticos, "raciais", demasiadamente incrustados no imaginário social do povo brasileiro. Poderão estes ser enfrentados com eficácia apenas se combatendo a sua materialidade?

Pode-se interrogar se não seria extemporâneo esse tipo de questionamento, já que mesmo o desenvolvimento dessa dimensão restrita da Luta Contra o Racismo – o combate às desigualdades raciais – que é imperativo dada sua oportunidade e possibilidade, ainda está claudicante. Como ter certeza? Mas pior seria correr o risco de nos tornarmos reféns de meias verdades – elas costumam imobilizar mais do que mentiras e derrotas.

Dizem que os cometas são rasgos da ação cósmica, disseminadores de vida, sua cauda espargindo força e luz por onde passa. Gostaria de observar por essa ótica o processo preparatório da III Conferência Mundial Contra o Racismo – foi um momento inédito e especial. Oxalá as formas de atuação, os tipos de alianças e de relacionamentos que foram estabelecidos e os resultados alcançados, fortaleçam a todos que o trilharam e ajudem no desenvolvimento da Luta Contra o Racismo.

II

Movimento Negro/Delegação Oficial

- Uma aliança de sujeitos históricos na preparação para a Conferência Mundial

“Qualquer ação governamental depende de nossa capacidade de coesão e exigência.

A reação governamental vai ocorrer em função dessa nossa ação; ou seja, a nossa ação é quem dará o ritmo, por isso estou muito otimista”

Hélio Santos-Militante Negro-Membro da Delegação Oficial

“Há setores da população brasileira que não se conformam mais em ser meros espectadores e querem assumir um papel decisivo.

O Brasil só tem a lucrar com isso”

Gilberto Vergne Sabóia-Chefe da Delegação Brasileira na Conferência Mundial

“O racismo e as práticas discriminatórias disseminadas no cotidiano brasileiro, não representam simplesmente uma herança do passado.

O racismo vem sendo recriado e realimentado ao longo de toda a nossa história.

Seria impraticável desvincular as desigualdades observadas atualmente dos quase quatro séculos de escravidão que a geração atual herdou”

Extraído do Documento da delegação oficial brasileira levado para Durban

Ao final da Conferência a militância negra e a chefia da delegação oficial tinham motivos para comemoração. Para os últimos era grata a continuidade da imagem progressista do Brasil. É como se dissessem: há racismo no Brasil, sim, mas ele está sendo enfrentado, basta ver a composição da delegação oficial e a atuação de aberta complementaridade entre militância negra e diplomatas. As posições brasileiras em relação à questão da homossexualidade, defendida como forma agravada de discriminação e em relação à causa indígena, defendendo o seu reconhecimento como Povos Indígenas foram também marcantes.

Da parte do Movimento Negro era inquestionável o seu êxito na aprovação de inúmeros parágrafos na declaração e no plano de ação, que constituem os documentos finais de Durban. O acúmulo gerado em seu seio após mais de dois anos de intensa atividade e articulação, assim como os dividendos auferidos com a competência demonstrada renderam mais visibilidade nacional e internacional, com probabilidade de mais recursos para incrementar e diversificar projetos. Tudo isso serviu para consolidar parcerias antigas, estabelecer novas e descortinar horizontes até então mais incertos.

A preparação e a Conferência em Durban serviram como um plano piloto, um laboratório, onde foram vivenciadas situações que passariam a informar a reconfiguração da luta contra o racismo em novas bases.

Aos reclamos de que os documentos finais são muito "etéreos", de difícil instrumentalização no cotidiano da luta anti-racista, os mais comprometidos com eles têm objetado que sua efetiva utilização é um desafio que exige aprimoramento, mais precisão, mais qualificação dos agentes. Sobre a argumentação de que o único resultado concreto de tanta articulação, mobilização de recursos e da militância seriam as cotas, pode-se perceber que não é pouco o impacto causado (e que vem se estendendo), apesar de uma conjuntura das mais turbulentas, com eleições nacionais, disputas e reviravoltas políticas e institucionais de amplo conhecimento, acentuada instabilidade econômica (inclusive a falência da vizinha Argentina, com enormes prejuízos para o Brasil), e a cruzada anti-terrorista norte-americana que galvaniza a atenção mundial. Pois ainda assim, e mesmo com as distorções e manipulações de influentes mídias e de setores mais conservadores que se apegam ao senso comum do mito da democracia racial, o debate a respeito da necessidade/opportunidade/exequibilidade das ações afirmativas, permanece na sequência do pós-Durban.

As afinidades entre governo e Movimento Negro podem ter surpreendido pela abrangência, facilidade e intensidade. Mas, na verdade, representaram o ápice de um longo processo que será analisado adiante. As mulheres e homens envolvidos diretamente foram decisivos, com seus humores e capacidade de se reciclarem, resignificarem preconceitos e prevenções. Mas como foi possível se enxergarem e estabelecerem um clima inicial de consulta e mútua disponibilidade para se ouvirem e entenderem? Penso que, além de interagirem num momento excepcional, eles não operavam num vazio de experiências e relações. Tal comportamento de

ambas as partes traduziam, no fundo e de maneira bem acabada, "os jeitos" como têm se dado historicamente as relações raciais no Brasil.

Sinto necessidade, então, de expor a concepção que tenho a respeito da questão racial na trajetória de instituição do povo brasileiro.

A (vontade da) democracia racial

***“Um momento na sociedade brasileira,
onde governo, sociedade civil e outros movimentos,
discutissem a questão do racismo,
nunca houve com uma amplitude tão grande”.***
Ivanir dos Santos-Diretor do CEAP-RJ

O exemplo remoto de Palmares – N' Gola Janga – vem à mente quando se pensa em radicalidade negra. Estudos históricos⁹ falam de negociações entre Ganga Zumba e os governantes, da radicalização da luta protagonizada por Zumbi, da integração de brancos pobres e indígenas dentro do quilombo e de relações comerciais entre o quilombo e fazendeiros das regiões contíguas, de disputas pró e contra o quilombo no interior das senzalas e entre autoridades dos governos e Igreja, mais e menos flexíveis a negociações.... Não interessa, aqui, aprofundar tal complexidade de relações e nem mesmo contextualizá-las. Importa identificar sua ocorrência em incontáveis momentos da história das lutas sociais no Brasil.

O quadro teórico que estou propondo, num esforço de aprofundar a análise da interação entre a delegação oficial e o amplo e diversificado conjunto de agentes negros presentes no processo preparatório da Conferência Mundial, não implica em menosprezar o contencioso histórico das relações raciais no Brasil. Tenho em mente, por exemplo, os registros de atrocidades perpetradas por forças governamentais, na repressão aos quilombos e outras manifestações de rebeldia negra, ao longo dos períodos colonial e imperial; as "pacificações" de rebeliões populares quase sempre capitaneadas por membros radicalizados das elites, em que esses últimos, uma vez derrotados, na maioria das vezes obtinham algum beneplácito, ao contrário das lideranças populares (muitos executados, encarcerados ou novamente reduzidos ao cativo), que dificilmente auferiam melhorias ao final das disputas.

Gostaria de chamar a atenção para um trabalho, cujas linhas de análise e exposição sempre me foram caras: RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e Reforma no Brasil-Um desafio Histórico-Político*. Civilização Brasileira. RJ. 1965, no qual o autor identifica o caráter sempre formal das conciliações entre as elites, mesmo na sequência de enfrentamentos abertos e cruentos "*A política de conciliação foi quase sempre uma mistificação e serviu para tapear o curso do processo histórico*", P. 12, "*Creio mesmo que foi o domínio étnico-minoritário que deu às oligarquias mineiras, baianas e fluminenses o faro para as grandes manobras pelo comando das situações, diante das grandes massas negras trabalhadoras, as mais sofridas de todas*", p.50. Apesar de certa apologia de alguns personagens e de tratar preferencialmente das disputas intestinas das elites, está sempre à volta do seu texto a preocupação de que tais conciliações, em geral, se davam em detrimento da maioria – no período que analisava, o império e início da república, maioria negra nas regiões urbanas. Um outro trabalho pode ajudar a ilustrar a distância histórica e sempre preservada entre elites e "massas" (essas, sempre, majoritariamente, negras, conforme o próprio autor), mesmo em situações de revoltas sociais: CHACON, Wamireh. *História das idéias socialistas no Brasil*. Civ. Brasileira. RJ. 1965. É um livro escrito com ênfase progressista no período candente pré-golpe militar de 1964, em que o autor esbanja erudição relacionando as idéias que geravam insurreições no Brasil do século XIX às mais eminentes correntes filosóficas e políticas da época na Europa. Destacando a *Praieira*, rebelião popular em Recife, em 1848, Chacon parece que não se dá conta de que aquelas lutas, que duraram cerca de dois meses e renderam quase mil mortos e mil e

⁹ Freitas, Décio. *Palmares: A guerra dos escravos*. Mercado aberto. Porto Alegre. 5ª edição. 1984; e Moura, Clóvis. *Rebeliões nas Senzalas*. Mercado Aberto. 4ª edição. POA. 1988, são duas boas referências.

quinhentos feridos, não pode ter sido obra exclusiva das idéias insufladas por membros progressistas das elites, que circulavam nos jornais. Fica claro através da sua pesquisa que aos poucos as elites se recompõem, mas em seu texto ele naturaliza esse fato e a ausência de referências aos prejuízos (esses sim permanentes e jamais recompostos) da grande maioria que se lançara nos combates.

Já na República o "genocídio pacífico", a arianização (embranquecimento) do povo brasileiro era preconizada pela quase totalidade dos pensadores sociais e dos políticos brasileiros e foi a motivação principal da primeira política pública de envergadura ao longo dos primeiros governos republicanos: a imigração europeia estimulada e subsidiada na virada do século XIX e primeiras décadas do século XX.

Ao contrário de menosprezar a questão racial, a observação crítica dessa história permite se conceber que algo operou nas relações entre brancos e negros, pelo menos nas áreas de urbanização mais acelerada, permitindo um ajuste gradual – embora permeado por conflitos iminentes – ao custo da perpetuação das profundas desigualdades sociais e a despeito do racionalismo amplamente dominante.

Esse "algo" é o que levou às mudanças nas formas de atuação das elites em relação às manifestações culturais de matrizes africanas (exemplos: o Samba no RJ, o Candomblé na Bahia, o Passo/Frevo, em Pernambuco) em quase todas as regiões do país – passando da perseguição, à gradual colaboração e relativo controle – quando elas se mostraram tão irredutíveis à repressão sistemática e às leis, suscitando temores de ruptura da ordem estabelecida. Esse "algo", também, é o que teria levado o governo revolucionário, em 1930, ávido por legitimidade em seu início, a confrontar uma das pilastras ideológicas das elites brasileiras para a construção da nacionalidade e interditar a emigração europeia de 3ª classe; e a impor, no mesmo decreto, que 2 em cada 3 trabalhadores contratados fossem "nacionais" – a chamada lei dos 2/3¹⁰, sucessivamente ratificada até se tornar cláusula pétrea na CLT. Amauri de Souza, em trabalho sobre raça e política no Brasil urbano, analisando o apoio da população negra ao PTB, partido de Getúlio Vargas, parece ter captado esse "algo", mas se refere exclusivamente à importância que a legislação trabalhista teve para tal. Um certo positivismo metodológico, contrário à perspectiva que estou imbuído, o impede de captar a condição de sujeito histórico do negro e conceber seus motivos (também raciais) para aquela posição política. Souza vê o negro ao sabor das manobras das classes dominantes para que ele "*não viesse a constituir um grupo competitivo... [não] criassem solidariedades dentro do grupo negro... [e fosse levado à] assimilação do sistema de valores do branco, inclusive o estereótipo da inferioridade do negro*" (1971; 62). Nota-se então uma lacuna no seu texto. Se Souza mesmo diz que "*pelo menos durante os primeiros anos do período da democracia liberal, de 1945 a 1964, as categorias políticas de negro e povo eram quase que intercambiáveis*" (idem;64). Porque desprezar como uma das causas do reconhecimento do negro a brusca interrupção da imigração (quinze anos antes, antes mesmo da legislação trabalhista) e que era uma das principais reivindicações nacionalistas e populares (portanto negras), até por isso tomada como medida emergencial, três meses após os revolucionários assumirem o poder? Não cabe aqui analisar mais extensamente incongruências no trabalho daquele autor, valendo a pena, no entanto, pontuar o velado endosso que faz da tese de Gilberto Freire. Este, segundo Souza, teria interpretado "*a preferência do negro por Vargas e pelo PTB como um produto de seu profundo sentimento de insegurança e de busca de um substituto para a figura do imperador ou do autocrata da casa grande*". (Ibidem; 64). Quer dizer, mesmo cautelosamente Souza considera que negros e mulatos (naquele contexto) se viam como raça através de uma "*dependência essencial do negro e do mulato a líderes paternalistas*" (Ídem; 64).

Espero elucidar um pouco mais a respeito desse algo, de uma efetividade da questão racial, observando que (longe do essencialismo identificado por Gilberto Freire e da naturalização enrustida de Amauri de Souza), ele tem a ver é com a trajetória complexa das nossas relações raciais, com o volume da população negra e sua presença em todas as regiões; com circunstâncias e processos espaciais e temporais específicos de interação: negros escravos e libertos, uma massa de brancos e mestiços pobres, classes senhoriais profundamente conservadoras e subservientes à monarquia e depois ao império, às hierarquizações e, inclusive, a um catolicismo cansado combatido pela corrupção e pelo desgaste de séculos de inquisição – obrigado, então, a contemporizar com as matrizes culturais/religiosas africanas, majoritárias, um reduto inexpugnável da subjetividade negra.

A efetividade da questão racial tem a ver, também, com o impacto do projeto positivista da República e o impulso "renovador/civilizacional" de uma elite cujo principal problema era a produção de um (outro) povo a

¹⁰ Decreto nº 19.482, de 12.12.1930

partir de matrizes genéticas e culturais “condizentes”!¹¹ E, em outra mão, com a resposta negra de, das mais variadas formas, instituir suas próprias organizações e mecanismos de reprodução cultural e ideológica, ao mesmo tempo que valorizava/assumia para si o discurso da igualdade proclamado pelas elites, aproveitando (estratégica e/ou alienadamente, às vezes mais isso, às vezes mais aquilo) as flexibilidades do paternalismo. Certamente havia muitos sentidos na capacidade da população negra empunhar a perspectiva nacionalista e integracionista; de se tornar a campeã da ordem (na expressão singela de Florestan Fernandes), saltando da mera resposta ao racismo à proposta de concretização da igualdade racial.

Mas a aproximação desse algo tem a ver ainda com o olhar e a postura do analista. Este pode se render aos paradigmas instituídos sobre a questão racial no Brasil (em geral balizados pela polaridade racismo/anti-racismo), ou, ao invés do formalismo das “verdades” e dos infinitos desdobramentos que se enrgessem à sua volta, extrair o caldo de consciência que eles propiciam.

Trilhar essa segunda opção (e sua concepção) é uma tarefa que exige parcerias, contexto favorável e, principalmente, a ousadia do debate franco, desbravador. Não sei o quanto isso haverá. Não há escolas onde aprender. É preciso exercitar aquela sublime rebeldia em relação aos desafios do pensamento sociológico, com que nos brinda Guerreiro Ramos na entrevista a Lucia Lippi de Oliveira.¹²

De vontades e exercícios...

“Urge ativar nas sociedades, uma capacidade de aprendizagem e superação das ideologias totalitárias e anti-humanas, assim como o racismo, a que inspira a xenofobia e que estão por trás e todas as formas de intolerância”

***Parágrafo 41 da declaração da Conferência Cidadã
Foro de ONGs-Santiago do Chile. Dezembro/2000.***

“O Comitê Nacional se apresentava como a última esperança de que a gestão Fernando Henrique Cardoso pudesse adotar políticas concretas no plano interno, como uma lição a ser dada ao mundo, de um jeito brasileiro de enfrentar a questão racial”

Hédio Silva Jr-Diretor do CEERT-SP

Na seqüência expositiva da minha concepção sobre a trajetória e as características das relações raciais no Brasil, destaco como é notável que mesmo de lugares sociais absolutamente opostos¹³ a harmonia racial tenha sido, antes mesmo de seu enunciado teórico e mitificação, um apelo forte: a) para as elites e brancos pobres,

¹¹ Exemplo desse “ideal” presente em quase todos os pensadores sociais brasileiros nas primeiras décadas foi o texto apresentado por João Batista de Lacerda, então Presidente do Museu Nacional, no Congresso Mundial das Raças-Londres/1911, em que ele dizia que a mestiçagem no Brasil era uma solução não um problema. Aqui estaria se dando uma *redução étnica, um genocídio pacífico*, e em pouco mais de cem anos o Brasil seria uma nação branca.

¹² Oliveira, Lucia Lippi.

¹³ “*Sabido é que desde a nossa formação histórica o povo brasileiro se constituiu de três raças fundamentais: a branca, a negra e a indígena. Somos considerados um povo mestiço e por essa razão não é justo que em pleno século XX, com a vitória dos princípios democráticos, ainda perdurem as restrições que elementos reacionários e com mentalidade nazi-fascista querem impingir ao nosso povo*”. Aguiinaldo de Oliveira Camargo. Diretrizes da Convenção do Negro Brasileiro. In Revista Senzala. SP. Jan/1946.

“*Seria verdadeiramente absurdo pretendermos, num país onde a maioria da população é proveniente do caldeamento mais diverso, e que foi, durante quatro séculos, um dos grandes cadinhos da humanidade, dar-nos ao luxo de ter preconceito de raça*” Artur Hell Neiva. *Estudos sobre a imigração semita no Brasil* P.23. In. Imprensa Nacional (separata da Revista Brasileira de Imigração e Colonização). Apud. Vainer, Carlos. *Estado e Raça no Brasil: Notas exploratórias*. Estudos Afro Asiáticos n° 18. CEAA-UCAM. RJ. Maio/1990. Artur Neiva pode ser considerado um dos mais importantes ideólogos e articuladores do arianismo no Brasil. Foi um dos principais organizadores do Congresso Brasileiro de Eugenia RJ. 1929, e dirigente do CIC-Conselho de Imigração e Colonização, órgão que executava a política imigratório do Estado Novo.

ingênua, alienada ou convenientemente; b) mas também para a grande maioria dos negros, alienadamente ou porque fosse temerário e insensato se indispor com algo tão potente e bom. Todos proclamavam desejá-la.

Ao inverso do que tem sido corrente tenho procurado observar além da dificuldade de estudiosos das relações raciais, e até mesmo de setores do Movimento Negro, em conceberem a população negra como sujeito histórico. Farei um pouco dessa discussão adiante.

No Brasil não se consagrou como valor o exclusivismo racial. Nos espaços das elites há certa tolerância (e manejos que se pretendem sutís) com os poucos negros que ascendem. Na pobreza o prestígio e os vieses raciais das vantagens e oportunidades sociais foram sendo naturalizados e não racionalizados ou legalizados, tornando possível a exclusão, também, de brancos.

Jamais prosperou a pregação do exclusivismo racial entre negros – desde as manifestações culturais e religiosas e clubes negros, às entidades negras politizadas. Ao ponto, de se encontrar em manifestações culturais e religiosas de matrizes africanas a proeminência, o comando, e até maiorias, de brancos. É claro que jamais deixou de haver uma certa tensão em torno desse fato facilmente observável – tais interações entre mais claros e mais escuros, muitas vezes desiguais em termos de classe social e com diferentes motivações e graus de engajamento em relação àquelas matrizes culturais, corresponderia a distorções e descaracterizações/empobrecimento das *práxis*... Mas não é aqui o lugar dessa discussão. Quero apenas anotar que envoltas em tal complexidade de interações e significações as transformações não ocorrem apenas em uma direção. Se, por exemplo, brancos estão "fortes" no candomblé e umbanda, a fé nas almas e pretos velhos, nos caboclos e orixás, a teogonia e os arquétipos yorubanos, além de outras ordens de poder e valores passaram a "fazer a cabeça" de membros mais claros das elites; se a capoeira embranqueceu, brancos se encapoeiraram e não são poucos os que assumiram a "volta do mundo" e suas mentes e sensibilidades travam um "jogo" infundável com a consciência negra.

Embora seja crucial sua denúncia e superação, a concentração dos dividendos materiais – imediatos e efêmeros – quase sempre nas mãos dos mais claros é apenas uma das dimensões de processo social e histórico de tamanha envergadura. Que sínteses sobrarão desses encontros? Ou será inevitável a redução da densidade humana desses encontros à sobreposição de um e a desqualificação/eliminação/menosprezo, de outros? Se a história é construção permanente não foi dada (nem mesmo existe) a última palavra sobre se há mais perdas ou ganhos e/ou quem ganha e quem perde mais.

O caminho perseguido pelo Movimento Negro, em sintonia com aspirações manifestas de sua "massa", jamais foi o da segregação. Entre a elite branca pairaram sempre dúvidas a respeito das melhores táticas para perpetuação do *status quo* racial, variando também no tempo e regionalmente. Minha tendência é concordar com o que se pode inferir da *Fábula das três raças*, de Roberto da Matta¹⁴ – vigorou, quase sempre, a fórmula inversa ao modelo de relações raciais adotado nos EUA: desiguais, mas juntos.

Vale acrescentar, que há uma visão que aproxima racistas dos seus oponentes, os ativistas da luta contra o racismo, que insiste em entronizar a população negra exclusiva e meramente como vítimas da história. Concepção equivocada compreensível da parte de racistas que naturalizaram esse quadro e investem na sua velada difusão, coerentes com a visão da inferioridade negra e/ou da necessidade de mantê-los afastados/subalternos/submissos; mas inaceitável nas hostes que pretendem a transformação. Para esses é crucial a concepção de que negro, no Brasil, desde sempre foi sujeito histórico, não mero objeto da história, incapaz de iniciativas e de responsabilidades. Atestam isso, além dos quilombos e outras formas radicais, exemplos (os que chegaram até nós) da subjetividade e do talento negros nas diversas artes, na resistência e resignificação das manifestações culturais e religiosas, na organização de Entidades associativas, recreativas, religiosas... Penso que essa formulação (calçada em farta bibliografia) já impregna o senso comum.

Mais recentemente as relações do Movimento Negro, seja com o Estado ou no âmbito da sociedade civil organizada, vêm se dando com mais intensidade, regularidade e amplitude. A concepção e criação dos Conselhos do Negro – com sua riqueza de experiências "para o bem e para o mal" (variam as interpretações sobre sua validade, coerência, etc) – junto a governos estaduais e prefeituras, representam uma expressão desse acontecer. Da mesma forma as assessorias e secretarias negras em sindicatos, partidos políticos, mandatos parlamentares, etc.

¹⁴ Da Matta, Roberto. *A fábula das três raças*. In *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Vozes. Petrópolis. 1981.

Sobre falta de vontade e de exercício

“No Brasil, essa Conferência deixa claro que a questão racial, nesse país, só diz respeito ao negro. Estamos por conta própria. Não existe nenhum setor significativo da sociedade brasileira que se importe com a Conferência, que vá se envolver com ela.

Não há, inclusive, apoio das agências de financiamento, como outras Conferências tiveram.”
Sueli Carneiro-Geledés-Organização de Mulheres Negras-SP

*“Água com areia brincam na beira do mar,
A água passa, a areia fica no lugar...”*
Lagoa do Abaeté-Dorival Caymi

Apesar do contencioso racial que vimos discutindo e do seu inarredável, embora muitas vezes enfiado, entronhamento na agenda da sociedade civil; fora a tenacidade e concisão do Movimento Indígena, a participação na Conferência foi quase que exclusivamente uma coisa do Movimento Negro. Diferentemente das Conferências Mundiais do Meio Ambiente e da Mulher, os partidos políticos, o Sindicalismo (?), o Movimento Comunitário, o Movimento de Mulheres, as ONGs mais visíveis e outros importantes setores do Movimento Social, estiveram praticamente ausentes/afastados.

Seria meramente (se é que se pode dizer assim) por não ter clareza/posição definida sobre a questão racial ou exatamente pelo contrário? Seria uma rejeição ao rumo tomado pelos acontecimentos, em que era flagrante a meticulosidade da preparação de uma parte e a ansiedade da maioria da militância negra, o que lhes trazia poder de iniciativa e conexões privilegiadas com centros de informações? Ou indiferença/menosprezo pela importância de um evento internacional desse tipo? Constrangimento por não ter uma política de enfrentamento da questão racial ou, pelo menos, membros (negros ou não) aptos a intervir/contribuir com qualidade? Embora a contundência de tal omissão, essas interrogações extrapolam o interesse imediato da análise, uma vez que o foco da pesquisa foi sobre a preparação.

Não há evidência de que tal distanciamento tenha algo a ver com a visão grosseira, urdida em certos meios, de que o processo preparatório da Conferência seria um jogo de cartas marcadas entre elites negras e o governo. (Intervenção nesse diapasão, ao menos uma vez foi tornada pública por militantes negros: durante a II Plenária do Fórum Nacional de Entidades Negras-UERJ-Abril/2001, sendo prontamente rechaçada por veemente discurso de Hédio Silva Jr).

Seria simplista e incoerente se conceber a seqüência de eventos pré e em Durban: da parte do governo, como ação nada mais que habilidosa e cooptadora, administrando conflitos e procurando manter a imagem externa do Brasil, senão mais de democracia racial, pelo menos de possibilidade (e vontade) de construí-la. Enquanto entidades e militantes negros estariam meramente voltados cada um para seus interesses e estratégias particulares, “fazendo jogo de cena”, internamente na relação de aliança com o governo e externamente buscando ampliar espaço, visibilidade e articulações internacionais. A perspectiva histórica esboçada lá atrás, e mais trabalhada adiante, que identifica a condição de sujeito histórico da população negra e do Movimento Negro, é o que permite superar tal reducionismo.

Para isso, no entanto, é preciso conceber o Movimento Negro como um Movimento Social, o que tem sido difícil para as Ciências Sociais no Brasil. Mesmo para alguns estudiosos das relações raciais, surpresos, temerosos de que a autonomia de formulações políticas anti-racistas corresponda a abdicação da primordialidade do papel da teoria. Ao meu ver o Movimento Negro também produz teoria, densificada como *práxis*, vigorosa instância de enunciação que permite a alforria intelectual. Quem sabe o pós-Durban ilumine esse espaço de relações fortalecendo as parcerias academia/militância negra fundadas na respeitabilidade de ambos os agentes?

Influenciadas por um tipo de visão política e teórica sobre a eficiência e qualidade dos Movimentos Sociais, tem sido comum a consideração do Movimento Negro e do contexto anti-racista mais amplo como débeis, incapazes de acumular força e exercer pressões políticas permanentes e consistentes – fatos sociais menores

na trama complexa das nossas relações sociais. Lamentavelmente (quem sabe por que razões?), importantes vozes acadêmicas e políticas só manifestam esse tipo de posição em conversas reservadas.

Dessa ótica seriam inexplicáveis a flexibilidade do governo na direção de todo o processo preparatório e as “concessões” até mesmo na composição das delegações oficiais para as reuniões preparatórias (PrepCons-em Genebra) e para Durban, em que estiveram incorporados alguns dos mais visíveis militantes do Movimento Negro.

Carece de mais detida apreciação a dificuldade teórica de se conceber a existência e consistência de Movimentos Sociais fora do contexto das lutas de classes e dos embates cotidianos das populações em função da melhoria de sua qualidade de vida material. Um bom exemplo a respeito foi a já clássica análise de Eder Sader (1985) sobre os “*novos personagens que entraram em cena*” na década de 70. Ele viu o novo Sindicalismo, o Movimento Contra a Carestia e a Teologia da Libertação, mas não conseguiu identificar a presença do Movimento Negro. A militância que, partilhando os mesmos espaços e a fermentação ideológica na periferia de São Paulo, emergiria em Julho de 1978, na primeira manifestação de massa, ainda durante a ditadura militar, nos grandes centros urbanos – o ato público de instituição do Movimento Negro Unificado, nas escadarias do Teatro Municipal, no centro da capital.

Seria o caso, então, de referir (embora cauteloso com a substancialização dos conceitos) à criativa análise de Nancy Fraser (1997), que articula raça e gênero para pensar a complexidade das relações sociais na modernidade, na qual os interesses de classe teriam sido suplantados, como fator de mobilização, pelos grupos de identidade – nacionalidade, etnicidade, raça, gênero e sexualidade – no que ela designa *conflitos pós-socialistas*. Inovadora na análise dessa autora é a sua percepção de que tais grupos estão demandando algo além da redistribuição de bens materiais, o reconhecimento de valores e da diversidade de sujeitos sociais.

Reitero a importância de que as pesquisas sobre Movimentos Sociais se debrucem com mais atenção sobre o “*tema da diversidade e da identidade das camadas populares, privilegiando suas experiências culturais – valores, aspirações e utopias* – [repensando] *dessa forma, a questão da hegemonia, desamarrando-a da visão clássica de luta de classes*”, questão captada, ainda que de maneira muito incipiente, por Lúcio Kowarick (1981;44). Não me parece tampouco que o modesto exercício crítico nas pesquisas sobre os Movimentos Sociais no início dos anos 80 (e que vem se alongando) tenha se dado apenas, como diz Ruth Cardoso (199...;84-5), pelo engajamento dos autores e em função de circunstâncias e exigências da conjuntura efervescente daquele período. Se isso é verdadeiro, é verdade também que a questão racial não conseguiu penetrar o seu campo de visão. Estou sugerindo que os estudiosos dos Movimentos Sociais selecionaram que Movimentos Sociais mereciam seu engajamento e exercício analítico. De qualquer forma, não é aqui o lugar de um mais cuidadoso e consistente tratamento desse tema, restando apenas anotar a raridade de produção acadêmica tratando o Movimento Negro, explicitamente, como um Movimento Social – ele ainda atrai muito mais antropólogos do que cientistas políticos. No Seminário Internacional da Rede Rizoma-Abril/2003-UFSC, nenhuma comunicação sobre o Movimento Negro, entre as muitas selecionadas em processo rigoroso, foi encaminhada para as Sessões com título Movimentos Sociais.

Hegemonia X Contra-hegemonia

*“Na virada do milênio não discutimos o racismo apenas,
agimos, atravessando o muro das lamentações
... O novo design parabólico das mulheres negras mostra que,
definitivamente, nos instalamos no site da história”*
Alzira Rufino-Casa da Cultura da Mulher Negra de Santos

*“Tomando a raça e a etnia como dimensões de um processo hegemônico,
existe a possibilidade de haver elementos contraditórios
dentro de uma só consciência”*

Michael Hunchard – Orfeu e Poder. Pp. 40

É inevitável a referência ao conceito de hegemonia, conforme Gramsci, ao pensar as relações entre o Movimento Negro e o governo, ao longo do processo preparatório no Brasil, em Genebra e em Durban. O conceito gramsciano fala da proeminência dentro de uma correlação de forças sociais e políticas em

determinado contexto histórico, no qual estão abertos espaços de negociação e onde se impõem graus de concessões inversamente proporcionais às forças em confronto (quanto mais força menos precisa ceder). Na minha utilização do conceito de hegemonia tenho clareza que na composição de um contexto hegemônico não contam apenas aspectos materiais, valores também estão envolvidos, sendo praticamente impossível tal composição se e quando tais forças se concebem antagônicas, também nesse campo. A vigência da democracia e da hegemonia implica em diferenças e conflitos de variada ordem de interesses e motivações, mas eu arriscaria concebê-los como agônicos, embora não convergentes.

Assim, o campo do racismo, os que auferem (direta ou indiretamente) alguma vantagem e de alguma maneira percebem isso, mas se amiúdam na omissão ou na mistificação, entre nós não criou uma Ku Klux Klan, mas – tendo em vista a obsolescência da proposta arianista, intolerante quanto à presença da população negra e responsável pela onda de imigração europeia – se camuflou na concepção/proposta do assimilacionismo cultural e através da miscigenação (o embranquecimento possível); e o campo do anti-racismo, os que identificam o problema e se põem diante dele através de diferentes vieses e motivações, também não tendeu ao isolacionismo e diferencialismo, guardando em diferentes nuances a perspectiva de integração da população negra à sociedade. Para ambos os campos sempre foi importante a proclamação da harmonia racial como um valor peculiar da nacionalidade brasileira – um para manter o poder sem conflitos abertos, o outro com o intuito de conquistar igualdade-justiça-cidadania. Dessa forma me parece possível conceber a existência de uma hegemonia racial no caso brasileiro.

Precisando melhor, e evitando longas considerações, pode-se dizer que há uma hegemonia racial, branca, sobre o Estado (órgãos permanentes do executivo, legislativo e judiciário, do poder militar e de grandes empresas estatais e autarquias) e governos (federal, estaduais e municipais), além de todos os setores de poder econômico e em quase todas as instituições mais visíveis/fortes/influentes da sociedade civil. Tal hegemonia abarca a quase totalidade das relações sociais e seus agentes – na área da Educação e mídia, por exemplo, as denúncias se acumulam – buscam legitimação como fiadores, zeladores, de valores “raciais nacionais” consagrados no senso comum: por exemplo, quando se fala da mestiçagem como vocação e originalidade brasileiras e como solução para o problema racial; ou da harmonia/tolerância entre as raças.

É necessário, no entanto, se distinguir uma situação de hegemonia racial ampla e estrutural que envolve o vasto universo mais ou menos organizado da sociedade, do contexto de alianças que se instituiu ao longo do processo preparatório da Conferência Mundial Contra o Racismo e que se prolongou no pós-Durban, impondo à sociedade a discussão sobre cotas e ação afirmativa. Talvez se possa falar daquela aliança como o embrião de uma contra-hegemonia: ainda se trata de ações dispersas e pontuais¹⁵. Eu prefiro, por enquanto, conceituá-la como a constituição de um contexto restrito capaz de agir hegemonicamente nesse momento-ação determinada.

Esse quadro de alianças que se manteve desde meados de 2000 pode melhor ser compreendido como a culminância de uma lógica ostensivamente construída desde o início dos anos 80, quando o Movimento Negro se beneficiou da conjuntura favorável (a “abertura lenta e gradual”) e de transformações estruturais na sociedade brasileira – o “milagre brasileiro” propiciou a segunda onda de absorção da população negra no mercado de trabalho das grandes cidades (a primeira foi a partir da lei dos 2/3). A partir desse período, emerge uma geração, oriunda de uma incipiente classe média negra mais escolarizada e apta aos jogos políticos institucionais e insuflada por vigorosos fatores de identificação positiva, como as lutas do Movimento por Direitos Civis nos EUA e as independências e lutas de libertação africanas. Foi ficando claro, então, que o novo impulso do Movimento Negro, mais instrumentalizado e aproveitando a visibilidade mundial daquelas lutas, conseguia mais força e consistência, mais audiência e impacto político, social e cultural. É flagrante, desde então, a ampliação de um campo anti-racista protagonizado pelo Movimento Negro.

Seria problemático para o governo brasileiro proceder, em 2001, como, por exemplo, no FESTAC-Festival de Arte e Cultura Negra-Lagos-15 de janeiro a 12 de Fevereiro de 1977, quando a delegação oficial brasileira incluía apenas estudiosos de manifestações culturais e religiosas e pessoas que partilhavam o mito da

¹⁵ Ver Jaccoud, Luciana de Barros. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. IPEA. Brasília. 2002.

democracia racial e rechaçavam inteiramente qualquer postura crítica¹⁶; ou como nas Conferências Mundiais Contra o Racismo I-1978 e II-1983, em que o Movimento Negro não teve acesso sequer a informações. É fato que nos últimos anos da década de 90 as desigualdades raciais de poder e de outros indicadores sociais e econômicos eram cada vez mais questionadas e a questão racial mais presente em todas as mídias. De tal forma, que se tornara insustentável a recorrência ao mito da democracia racial e se impunha a rearticulação dos discursos e práticas oficiais e de setores das elites, de mídia, etc.¹⁷

Além do mais, a aliança na preparação para a Conferência era, em princípio, bem delimitada: seu propósito declarado era intervir com qualidade, resguardando os interesses de ambos parceiros, na redação dos documentos que seriam aprovados em Durban. Não constava de sua agenda, de imediato, nada de tão radical como o combate ostensivo à hegemonia racial, embora estivesse implícita para (e até declarada por) alguns dos agentes. No caso brasileiro, principalmente em se tratando de relações governo x Movimento Negro, é difícil prever comportamentos em face de situações específicas, exatamente porque, embora ampla e estrutural, o que há é hegemonia e não dominação racial – existe um espaço tácito de composições (no qual se equilibra a efetividade da questão racial), que precisa ser respeitado.¹⁸

As pesquisas de casos pontuais de relações sociais nos períodos finais da escravidão têm apresentado interessantes dados a respeito. Penso, no entanto, que esses “espaços” tornaram-se mais patentes a partir dos anos 30, quando a construção do mito da “democracia racial” se mostrava um discurso muito mais adequado (da ótica da perpetuação do *status quo*) do que a pregação arianista e a insustentabilidade do racismo meramente biológico.

Nesse espaço não é comum a ruptura, e quando ocorreu não foi total ou prolongada. É a correlação de forças e a capacidade/condição/possibilidades de concessões das forças em confronto que vai determinar a possibilidade, a conformação e os limites da aliança. No processo da Conferência o perfil da militância e as circunstâncias apresentavam contornos muito distintos de tudo o que houvera antes. Começa pela nova caracterização institucional no interior do Movimento Negro, de que falei antes. Também pelo fato dessa militância ser herdeira, além de uma combatividade ancestral, de mais de 20 anos de amadurecimento contínuo de articulação nacional no interior do próprio Movimento Negro e das suas relações com governos e setores da sociedade civil que compõem o arco hegemônico social-racial. E estava atuando, além disso, numa conjuntura em que as relações internacionais são muito mais amplas, próximas, ágeis, envolvendo/articulando as sociedades civis e os Movimentos Sociais e alcançando muito maior repercussão no interior das nações, na formação da sua opinião pública, por sua vez mais atentas e amadurecidas – enfim, era um novo tempo.

Mas se essas condições foram (e estão sendo) fundamentais os talentos de indivíduos e de organizações se mostraram fecundos e se manifestaram na clareza de objetivos, nas definições estratégicas e composições de

¹⁶Nascimento, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro- processo de um racismo mascarado*. Editora Paz e Terra. RJ. 1978

¹⁷Referências importantes são ações de militantes do Movimento Negro junto ao governo federal. A Marcha de Zumbi dos Palmares, em Novembro de 1995 é, sem dúvida, o marco estratégico dessas relações. O presidente da república recebeu membros da direção da Marcha e se comprometeu com a criação de um GTI-Grupo de trabalho Interministerial para promoção da igualdade racial. A ação desse Grupo foi fundamental para a introdução do ítem População Negra nas Propostas de Ações Governamentais, que compunham o Programa Nacional de Direitos Humanos, elaborado no âmbito do Ministério da Justiça, em 1996 – um marco na ação de governos federais em relação à questão racial. Nesse programa se encontra a admissão da existência de racismo no Brasil.

¹⁸ Tenho em mente relatos de antigos militantes negros paulistas sobre a gestão da FNB junto ao governo estadual que vedava o ingresso de negros na força pública; os eventos que terminaram pela legalização dos desfiles das Escolas de Samba no RJ, na década de 30, ou dos Filhos de Gandhi, na Bahia do final dos anos 40; as negociações que permitiram apresentações do TEN, de Abdias do Nascimento, diversas vezes, nos anos 40 e 50, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, ainda hoje um templo sagrado para eventos das elites culturais; o cuidado de comandantes policiais na vigilância dos Encontros de Black – eventos que reuniam milhares de jovens negros, no Movimento da *Soul Music*, nas regiões do grande Rio, na década de 70 (cuidados que eram abandonados lá longe, já nos caminhos mais ermos, nos pontos de ônibus procurados ao fim do baile, onde, sem presenças comprometedoras, ao menor descuido, “o pau comia” sobre a garotada); e lembro ainda da polícia paulista (posicionada e sinalizando que interviria “com tudo”) repentinamente passiva frente a decisão dos militantes negros no momento crucial do avanço para ocuparem a escadaria do Teatro Municipal de São Paulo, no Ato Público de instituição do MNU, em julho de 1978.

alianças internas (dentro do Movimento Negro nacional e internacional), e externas (com outros setores nacionais e internacionais).

O nível de apropriação dos temas em pauta e o impulso para a ação pelos quadros do Movimento Negro equilibraram a seu favor uma correlação de forças que poderia lhes ser desfavorável pelo fato de se tratar de uma Conferência em que a participação, mesmo, só se poderia dar através da representação oficial. E adquiriam mais força em função dos cuidados exigidos aos diplomatas e representantes do executivo, do legislativo e do judiciário (juntando-se a isso o crescente convencimento e engajamento íntimo de alguns), para resguardarem a imagem de tolerância racial que é uma marca brasileira no exterior. A militância negra não agia apenas técnica e/ou até mesmo solidariamente como os "oficiais": esse contexto é suas vidas.

Não penso, então, que a formação dessa aliança governo/Movimento Negro tenha sido "historicamente determinada". Venho tentando demonstrar que ela tem sua história e circunstância, mas gostaria de sugerir ainda a intervenção de fatores aparentemente aleatórios.

Vejamos: ela foi se esboçando em meio a conflitos ideológicos, de interesses e de personalidades, tanto dentro das hostes oficiais, como no âmbito do Movimento Negro, como entre um e outro campo.¹⁹ Foi um representante oficial brasileiro que propôs a realização da Conferência no âmbito das Nações Unidas e assumiu, tacitamente, senão a candidatura para sediar a Conferência – os eventos recentes na África do Sul a colocavam como o contexto simbolicamente mais adequado – mas, pelo menos para sediar a Conferência regional das Américas. Um outro agente oficial, porém (pressionada por circunstâncias) quebra tal expectativa. Um seminário realizado em Brasília, por dois agentes novíssimos na cena – o Escritório Nacional Zumbi dos Palmares e a Comunidade Ba' hai – propicia uma primeira “costura” entre a militância negra e setores oficiais.²⁰ Na seqüência, após sondagens junto a várias organizações negras, e no vácuo criado pelo discreto ostracismo da Presidenta da Fundação Palmares (até então o comando oficial da preparação para a Conferência, foi criado o Comitê Oficial para a preparação incorporando lideranças do Movimento Negro; e, na Conferência Regional das Américas a delegação oficial, entremeada por militantes negros, passa a acatar gestões mesmo das organizações negras que não compunham a delegação oficial, estabelecendo uma complementaridade surpreendente para os menos avisados. O repúdio da militância à negativa oficial de sediar a Conferência das Américas – na primeira PrepCon-Genebra-Maio/2000 – não impediu que, adiante, estivesse (em parte, porque houve quem recusasse), presente no Comitê, ou então na ação articulada em Santiago para não mais se indispôr com a oficialidade (salvo a exceção de Hédio Silva Jr, referida no histórico), em outros eventos preparatórios internos, inclusive na Conferência Nacional.

A concepção do Movimento Negro como sujeito histórico – livre da “síndrome da cooptação” – permite avaliar melhor o nível de interação/complementaridade Governo/Movimento Negro e as condições de sua manutenção adiante. Insisto que o processo preparatório da Conferência Mundial parece que foi encomendado/caiu sob medida para uma “prova final” de setores do MN que vinham se qualificando para pautar uma recomposição das maneiras usuais da hegemonia racial; e de membros de governo e Estado que também aproveitaram a oportunidade de renovar seus discursos e até suas práticas em relação à questão racial, de formas mais politicamente corretas.

O fato do presidente da república ser um sociólogo de carreira, especialista em relações raciais, não deve ser menosprezado. Também já eram conhecidos trabalhos de pesquisadores do IBGE e do IPEA enfocando decididamente as desigualdades raciais.²¹

¹⁹ São nebulosas, por exemplo, as razões que levaram o atual Ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa (ainda o único negro nesta instância mais alta do judiciário) a se afastar da delegação oficial em Santiago. A Procuradora federal Dra. Maria Eliane Rodrigues, representante do judiciário na Conferência Mundial, mostrou admiração por ele e se referiu a desavenças entre ele e o chefe da delegação Embaixador Saboya. Temos essa gravação em fita cassete.

Edson Cardoso, em entrevista gravada, é enfático se referindo à irresponsabilidade/imaturidade de muitos militantes durante a I Plenária do Fórum Nacional de Entidades Negras, SP-Julho/2000; segundo ele, o Movimento Negro perdeu, ali, a oportunidade de se fortalecer internamente e de definir uma estratégia – aproveitando o contexto favorável – de pressão sobre o governo (inclusive com ações de massa) para a adoção de medidas imediatas de enfrentamento do racismo.

²⁰ Seminário.....Julho(?) 2000

²¹ O livro de Carlos Hasenbalg, *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*, Graal. RJ. 1979 é um marco nos estudos de relações raciais no Brasil, enfatizando a necessidade das pesquisas incidirem sobre indicadores

Ao meu ver, então, o que se instituiu durante a maior parte do processo preparatório, em Durban, e na sequência imediata daqueles eventos foi um campo de força articulando agentes e interesses de governo e Estado e setores "de ponta" da militância negra. Dada a sua consistência, esse campo de força conseguiu se sobrepôr a contrariedades:

- nas hostes oficiais, onde se sussurrava que era uma Conferência oficial e nessa instância caberia ao governo se pronunciar com exclusividade – segundo Ivair dos Santos “*O próprio Embaixador Sabóia, presidente do Comitê Nacional de preparação da Conferência, passou a ter dificuldades até de agendar uma nova reunião com o Ministro de Educação e a sentir dificuldades até de articular o ingresso do governo para implementar as políticas nas diferentes áreas*”;
- e também, de setores do Movimento Negro, dispostos a “aproveitar melhor” o processo da Conferência para mobilização em torno da questão racial e para conquistar medidas imediatas de enfrentamento das desigualdades raciais. Para Hédio Silva, que dois meses depois dessas declarações rompeu com o Comitê Oficial “*A Conferência não far[ia] pelo Movimento Negro aquilo que é papel dele. Ela não substitui uma ação política que o Movimento deve ter, de criar um espaço de visibilização do problema racial no Brasil, de debate e de articulação*”.

Não se pode falar, portanto, de desarticulação do projeto das ONGs negras e sua rearticulação em torno do projeto do governo, como numa visão clássica de hegemonia. Não se pode dizer que havia um projeto do governo. Grosso modo, ele oscilava entre: ao fim das contas passar ileso por aquele vendaval e (como os antecedentes) passar o bastão da administração da questão racial; e a tentação/vontade de passar à história como aquele que colocou em um novo patamar a questão do reconhecimento da dívida histórica com a população negra e do enfrentamento das desigualdades raciais.

É muito diferente de outros momentos vividos por ideólogos do poder às voltas com essa questão. Fora o texto de Carlos Vainer (citado) identificando um pensamento e estratégias racistas em ministros e órgãos de Estado – ele falava sobre a imigração européia – não prosperou entre cientistas políticos essa linha de pesquisa sobre o racismo como ideologia/estratégia oficial de poder.

Tenho me interrogado sobre a possibilidade de uma ideologia racial a partir da produção de certos setores de Estado. Até os meados do século era o que, de certa forma, fazia o CIC-Conselho de Imigração e Colonização e sua revista homônima. Mais recentemente os cursos da ESG/ADESG, certas linhas de publicações da biblioteca do exército, ou de órgãos governamentais como a Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos e suas conexões com as forças armadas, com o alto empresariado, representações dos poderes econômico e financeiro, etc, estariam cumprindo papel semelhante.²² São raras vinculações explicitamente racistas como a exposição do monumento do *Laager* (símbolo do poder branco na África do Sul pré Mandela) na última capa do livro.....de Therezinha de Castro, ideóloga do nacionalismo brasileiro e eminência entre os pensadores e dirigentes da Escola Superior de Guerra; ou como o documento assinado por Benedito Pio Corrêa, para o seu *Grupo de Ação e Participação-GAP-BANESPA* (instância de assessoria interna), alertando para o perigo dos negros brasileiros (assim como os de Washington-capital dos EUA) dominarem a política em alguns dos

sociais e econômicos como forma de desvendar a materialidade do racismo e precisar a análise das desigualdades raciais. Logo depois, em 198... Rosa Porcaro, Tereza Cristina Nascimento Araújo e Lúcia Helena Garcia de Oliveira publicaram *O lugar do negro na força de trabalho*.....utilizando larga e eficientemente aquela metodologia e perspectiva teórica. Em Julho de 2001 vinha a público o trabalho de Ricardo Henriques.....

²² Tenho procurado estudos sobre como essas instâncias de poder interagem com a questão racial. O que tenho são anotações e induções que ainda não me permitem formulações conclusivas. Penso que seria de grande valia a investigação sistemática deste "filão" pela Ciência Política. Importante conhecer, por exemplo, o texto profético de: Freitas, Itamar. *Brasil ano 2000: o futuro sem fantasia*. Biblioteca do Exército. RJ. 1969. pp. 87 a 93-*Crise racial no Brasil – ano 2000*.

principais centros urbanos em virtude do seu crescimento demográfico)²³; são mais comuns artigos e outras publicações traduzindo a fixação de eminentes pensadores com a questão racial, todo o tempo fazendo questão de consagrarem o mito da democracia racial, como os do Sr. J.O. de Meira Pena, nos anos 70 no *Jornal do Brasil*, tratando, ora da posição brasileira frente às lutas anti-coloniais (perfilando com as metrópoles), ora da coesão e harmonia racial vigentes em terras brasileiras, o que concedia autoridade a seus governantes, nas relações internacionais; ou, ainda, as sutilezas do Gal Carlos Meira Mattos no livro *Brasil: Geopolítica e Destino*. Bibliex. RJ. 1975.

Durante a ditadura militar a ESG era vista como uma instância fundamental na produção e articulação de um pensamento estratégico hegemônico sobre a sociedade brasileira. Questão a ser investigada é se e/ou o quanto terá cumprido esse papel, também, no que toca à questão racial no Brasil.

Em algum momento teria conseguido estabelecer articulações efetivas, canais regulares de comunicação, constituindo uma rede produtora/difusora do que se poderia designar por ideologia racial dominante? É fato que boa parte da intelectualidade emergente nos anos 70 e 80 (do empresariado às artes, passando pelas pesquisas tecnológicas, pelos mídia, pela educação, etc), passaram por seus cursos. Estes, em certo momento eram vistos quase como um pré requisito para o exercício de cargos públicos de destaque, ou para aprovação de projetos, etc.

Penso, porém, na possibilidade de existência de outros esquemas autárquicos, compostos por intelectuais pouco visíveis, militares, policiais, membros da burocracia dos médios escalões que gere a continuidade/perenidade do Estado.²⁴ Seria mesmo possível haver modos de articulação entre ambos. O setor mais elevado me parece envolto numa certa "pompa", em cuidados e subterfúgios, não "metendo a mão na massa", pouco se expondo como formadores de opinião em mídias de maior penetração, em palestras públicas abertas; o outro teria mais capilaridade e efetividade para compor uma hegemonia.

A partir da observação do processo preparatório da Conferência Mundial tenho questionado a condição de poder de algo que se assemelhasse a esses segmentos de opinião que venho tentando descrever. Penso que eles operariam muito menos com um poder efetivo, construído em esquemas clandestinos deliberadamente ajustados, do que resguardados por uma margem de manobra decorrente da inércia do mito da democracia racial e de obstáculos interpostos à presença e ao conhecimento da militância negra junto aos circuitos onde se discutem/elaboram/planejам/implementam políticas públicas e outras formas de intervenção que trazem visibilidade ao Estado e a governos.

(mais ou menos repetitivo – vale a pena a ênfase?)

Do ponto de vista institucional aquela aliança interessava a todos os envolvidos. Por razões naturalmente diferentes: o governo se livrava de possíveis hostilidades, por parte de seus adversários internos no contexto internacional, o que mancharia a aura do Brasil como, no mínimo, um país onde as relações raciais seriam menos conflituosas e bem administradas – mesmo que isso se desse ao custo de incorporar amplos setores do Movimento Negro na delegação oficial e de se sujeitar às pressões das Entidades Negras; e @s militantes negr@s ganhavam espaços e desenvoltura junto à delegação oficial e/ou à volta dos contextos das negociações de redação dos parágrafos, legitimando aspectos importantes do seu discurso e de seus interesses, adquirindo mais experiência e visibilidade internacional.

A grande justificativa para ambos era a inquestionável importância da redação dos documentos finais e seus benefícios futuros, desde que expressassem pontos de vista convergentes com seus interesses – reconhecessem a emergência de novos atores da luta contra o racismo no âmbito internacional, condenassem consistentemente as desigualdades raciais, preconizassem a criação de mecanismos internacionais de monitoramento de seu cumprimento, etc.

III

²³ Cópia desse documento circulou entre os militantes negros e chegou às mãos de estudiosos das relações raciais. Não lembro dele ter gerado ações jurídicas de interpelações ao órgão estatal referido – era governador de SP, na época, Paulo Maluf – ou sua consideração e/ou citação em qualquer mídia.

²⁴ Chamadas a explicar o não encaminhamento da proposta de um Curso de Especialização em História da África oferecido por uma universidade privada, para professores da Rede Pública do Estado do Rio de Janeiro, funcionárias de escalões médios disseram que nunca perceberam esse tipo de demanda e por isso não acreditavam que interessaria aos professores. Simplesmente “engavetaram” o projeto e o processo.

Os setores do Movimento Negro fora do contexto hegemônico

*“O governo brasileiro em seu conjunto
poderia ter dado um salto de qualidade na questão das relações étnicas no Brasil...
não chegar fazendo proposta como os outros, mas chegar dizendo:
estamos fazendo uma mudança, já instituindo essas coisas.”*

Henrique Cunha Jr

*“Até agora esta conferência [a Nacional] não está tendo nenhum sentido.
Porque viemos para ouvir o governo e ele não veio...
Não faz sentido reunir 1500 representantes dos negros, homossexuais,
Para se colocar o que vem sendo dito há mais de 40 anos”*

Ivana Leal- Representante do MNU

A grande maioria das Entidades e Militantes Negros ficou deslocada, fora de sintonia, com a tônica de participação na preparação da Conferência Mundial focada quase exclusivamente na redação dos documentos oficiais. Para alguns que procuravam se informar e assumir posição, tal opção era demasiadamente presa à ótica jurídica e formal. Postulavam então a ampla mobilização da militância e da opinião pública, como forma de “arrancar” a adoção imediata de ações afirmativas e de outros mecanismos promotores de igualdade racial, ou pelo menos compromissos públicos, por parte dos governos (federal, estaduais e municipais), e de outras instituições do Estado Nacional. De acordo com essa visão, também se perderia a oportunidade de galvanizar a opinião pública em torno da questão racial, reforçando a dimensão pedagógica da luta contra o racismo e realçando o protagonismo político do Movimento Negro.

Para muitos militantes a produção dos documentos finais – a visibilidade que a atuação no contexto das negociações, os resultados que isso poderia produzir para as Entidades envolvidas nos seus futuros projetos – superou o interesse em mobilizar o conjunto do Movimento Negro. Penso que, tanto a mobilização, quanto a visibilidade da atuação no contexto internacional, poderiam render bons resultados no pós-Durban. A primeira, no entanto, era trabalhosa e cheia de percalços, demandando investimento nas articulações de espaços coletivos e cautela nas relações cheias de arestas. Exigiria, também, paciência na explicitação do significado e das características de uma Conferência Mundial e, finalmente, no convencimento de uma militância interessada que intuía um grande momento, mas com pouca informação e oportunidades reduzidas de entendimento e participação – sua condição de participação no processo não era a mesma dos membros das ONGs Negras.

Não se pode, porém, dizer que a mobilização não foi tentada: Edson Cardoso viajou para diversos estados com recursos cedidos por Geledés, no esforço de articulação da Plenária de Julho de 2000, em São Paulo – ele era o principal articulador do Comitê Impulsor; Geledés financiou uma reunião da CONEN-Coordenação Nacional de Entidades Negras, em Junho de 2000, em Belo Horizonte; CEERT e CEAP se dispuseram a organizar a Plenária da UERJ e Fala Preta cedeu quadros importantes para a viabilização daquele momento especial; lá, alguns dos militantes mais bem informados, como Sergio Martins do Escritório Nacional Zumbi dos Palmares-ENZP, de Brasília, tiveram a palavra para traçar um quadro do que acontecia nos bastidores da preparação brasileira – tanto da delegação oficial, quanto entre as Entidades e militantes do Movimento Negro. Percebia-se, também, que esse esforço de explicação encontrava certa resistência em setores da militância – uns porque não assumiam a ignorância, outros porque de antemão repudiavam aquela representatividade e até mesmo a participação na Conferência Mundial... Era, enfim, um mosaico de posturas que dificultava a comunicação dos “profissionais”. Mas, também, se pode questionar a impaciência, o pouco empenho desses profissionais. Era visível a auto-suficiência de quase tod@s, todo o tempo²⁵, mesmo frente a provocações de militantes insatisfeitos com os sigilos que se adivinhavam. Nesses momentos, entre a militância com menos acesso a informações vicejavam como nunca as concepções maquiavélicas, conspirativas, da história – “eles (as ONGs Negras) tinham já seus esquemas de informação e articulação, seu norte traçado, suas alianças estabelecidas, recursos garantidos, etc”.

²⁵ Vem-me à lembrança um único momento de destempero: o de Hélio Silva Jr na Plenária do Forum Nacional de Entidades Negras-UERJ-Maio/2001, quando desancou militantes, que ele via como provocadores, irresponsáveis, incompetentes, etc, que estariam sugerindo a existência de cooptação e traição de "alguns", e estariam até mesmo contra a participação brasileira na Conferência Mundial.

Havia uma convergência estratégica fundamental nos discursos de quase todos os agentes mais presentes do Movimento Negro: como aproveitar o processo preparatório para dar visibilidade à questão racial e demandar, com mais força, medidas concretas de ação afirmativa e de enfrentamento das desigualdades raciais; e que isso passava pela composição de uma ampla unidade do Movimento Negro. Esta perspectiva é manifesta na ação do Comitê Impulsor (é relatada por Edson Cardoso e referendada por outras vozes, inclusive Sueli Carneiro) até a Plenária do Fórum de entidades Negras, em Julho/2000, em São Paulo. Ali se deu a ruptura dessa unidade, ou de sua possibilidade, já que ela vinha sendo construída.

Será que apenas desentendimentos táticos e histórias de desavenças pessoais seriam suficientes para determinar o abandono e a frustração de estratégia reiteradamente afirmada? E dessa forma a ruptura política (ou pelo menos o distanciamento) até mesmo entre militantes até ali muito afinados?

As respostas a essas interrogações ainda não me parecem claras. Minha avaliação é que as Entidades/ONGs Negras – Geledés-SP, Criola-RJ, Maria Mulher-RS (todas compondo a Articulação Nacional de Mulheres Negras); mais o CEAP-RJ, CEERT-RJ, ENZP-BR e Iradj Roberto Egbari e Gabriel....., membros designados da Comunidade Ba`haini – que assumiram a dianteira em termos de articulação e organização, já haviam definido uma prioridade estratégica, que era a dedicação à produção dos documentos oficiais. Essa era a principal orientação e foi a partir daí que captaram recursos junto à cooperação internacional logo no início do ano 2000.

É provável que tal opção tenha resultado de um diagnóstico, de uma avaliação de suas próprias possibilidades e interesses em relação ao momento especial que tinham pela frente. Não sei até que ponto, mas certamente pesou a experiência das mulheres negras no processo da Conferência da Mulher cinco/seis anos antes. Naquela oportunidade, parece que não houve grandes questionamentos à orientação de priorizar a intervenção junto às instâncias oficiais onde se daria a produção dos documentos. Nas entrevistas realizadas em diferentes momentos com dirigentes das ONGs Negras mais envolvidas era perceptível essa opção estratégica, mas tal fato não deixava entrever menor importância à ampla mobilização do Movimento Negro, pelo contrário. Mas também não se pode falar de especial empenho das ONGs Negras, para tal mobilização. Se investiram em certo momento na mobilização, a partir do afastamento de Edson Cardoso ninguém se dispôs, decididamente, a reverter a desagregação da Comissão que se instalara no I Fórum Nacional de Entidades Negras, em SP/Julho de 2000.

Há, talvez como atenuante, a alegação de que aquela Plenária fora extremamente desgastante e terminara por fortalecer, na Comissão, um setor que (por incapacidade ou desinteresse) não investia, de fato, numa seqüência de mobilização.

De qualquer maneira, a concisão da atuação dessas ONGs Negras em Santiago, na Conferência Regional das Américas, e na II PrepCon, não deixava dúvidas de que, realmente, naquele contexto de negociações é que se encontrava o seu objetivo central. Para aquela atuação se mostraram muito bem preparadas.

É possível que, se o conjunto mais amplo de Entidades e Militantes Negros tivesse entrado com mais objetividade/unidade e imprimido outra característica ao processo preparatório, as ONGs Negras assimilassem bem a situação. Não haveria, em princípio, conflito entre a sua ação prioritária que se daria nos fóruns internacionais e a mobilização/pressão do Movimento Negro sobre o governo e a sociedade, para a adoção de medidas imediatas e concretas de enfrentamento das desigualdades raciais. Mas não lhes empolgava assumir tal responsabilidade. Atuavam, também, aqui, mas sua motivação central era mesmo o Preâmbulo e o torvelinho de parágrafos da Declaração e do Plano de Ação.

Diferente do que preconizava Henrique Cunha e o plano inicial da Palmares; ou o plano do Comitê Impulsor no qual se engajou com determinação Edson Cardoso; ou o interesse proclamado pelas Entidades Negras Nacionais CONEN, MNU, UNEGRO, Agentes de Pastorais Negros, GRUCON.

Porque, então, esse segundo arco tão grande de interesses e forças políticas não conseguiu implementar sua estratégia de permanente mobilização e pressão sobre os governo e a sociedade?

A única resposta que me ocorre é a que levanta a questão da diferenciação de modelos de organização e ação facilmente identificáveis no âmbito do Movimento Negro ao longo dos anos 90 – ONGs Negras x Entidades Negras.

No que toca à relação com governos e/ou ações que envolvam institucionalidade oficial, não há dúvida que o modelo de organização negra designado por ONG – e vimos a controvérsia quanto as diferenças entre ONGs e Entidades Negras – se mostrou mais adequado.

Arrisco a dizer que esse modelo ao mesmo tempo criou e é criatura do pensamento que veio se aprimorando e se tornando hegemônico no seio do Movimento Negro ao longo dos anos 90: a ênfase na denúncia da materialidade do racismo, do enfrentamento e da supressão das desigualdades raciais. Tal direcionamento exige alto grau de coesão do grupo, dissensões sendo vistas como um problema capital, quem não se imbuí do mesmo sentido e esforço de ação está fora; exige, também, níveis sempre elevados de capacitação e de ágil recomposição de estratégias.

Como um Movimento Social amplo, diversificado, que se constrói na abertura quase irrestrita para a participação, na densidade das disputas ideológicas e no debate democrático – e essas sempre foram sua maior fonte de energias – pode se enquadrar nessas exigências? Esse ângulo permite compreender a marginalidade da CONEN nesse processo. Esta vem se constituindo no território mais amplo e plural de articulação e debates sobre estratégias do Movimento Negro, onde ainda se faz presente a vivacidade e pujança de um Movimento Social. (Se bem que não seja nada fácil mesclar numa mesma plenária ONGs fortes e mais visíveis, Entidades organizadas em diversas regiões como GRUCON e UNEGRO, e Entidades Negras localizadas e de menor porte). Aquela marginalidade, porém, não impediu nem arrefeceu o impulso da militância para vivenciar a grandiosidade daquele evento internacional – para muitos, em sublimar a emocionalidade, o auge do processo que vem acumulando desde os anos 70. E mais, CONEN e MNU (que também esteve marginal, apesar da presença constante de um parlamentar filiado – Dep. Fed. Luís Alberto PT-BA) tiveram seu momento e mostraram que em sua competência são insubstituíveis: realizaram a vigorosa manifestação frente ao ICC – o centro de convenções onde se realizava a Conferência Oficial, em Durban – que repôs a visibilidade do racismo brasileiro, esmaecida naquele contexto.

Uma coisa, no entanto, é identificar a justeza do modelo ONG num contexto de atuação como foi a preparação para e a Conferência Mundial; outra, é pensar que a luta contra o racismo se esgota nessas ações pautadas de fora para dentro, no enquadramento mais que perfeito de adequação e domínio das tarefas que tal participação impõe, na busca de composições adequadas para levá-las a termo, etc.

Minha perspectiva é que esse processo da Conferência Mundial mostrou um caminho. Os riscos e os brilhos desse caminho foram vistos por alguns, a quem cabe decidir os próximos passos. O Movimento Social Negro tem outras dimensões, outras atribuições, outras histórias a contar e a fazer. Ele jamais seguiu caminhos, os fez existirem na sua obstinada caminhada.

Bibliografia:

- Appiah, Kwame Anthony. *Na Casa de Meu Pai*. Contraponto. RJ. 1997.
- Cardoso, Ruth C. L. *A trajetória dos Movimentos Sociais*. In Os anos 90: política e sociedade no Brasil. Evelina Dagnino (Org). Brasiliense. SP.
- D'Adesky, Jacques. *Pluralismo Étnico e Multiculturalismo – Racismos e Anti-racismos no Brasil*. Pallas Editora. RJ. 2000
- Fraser, Nancy. *From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a Post-Socialist Age?*. In Justice Interrupts. Cap. I pp. 11-41. New York. Routledge. 1997
- Gonzales, Lélia. E Hasenbalg, Carlos. *Lugar de Negro*. Marco Zero. RJ. 1981.
- Hanchard, Michael George. *Orfeu e Poder – Movimento Negro no Rio e São Paulo*. EdUERJ-UCAM. RJ. 2001
- Hasenbalg, Carlos. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Edições GRAAL. RJ. 1979.
- _____, e Valle e Silva, Nelson. *Estrutura social, mobilidade e raça*. Vértice. SP. 1988.
- Kovarick, Lúcio. *Movimentos Urbanos no Brasil Contemporâneo: uma análise da literatura*. Revista Brasileira de Ciências Sociais nº 3. vol 1. Fev. 1981.
- Rufino dos Santos, Joel. *O Movimento Negro e a Crise Brasileira*. In Rev. Política e Administração. Nº2. Julho/Set-1985. RJ
- _____. *A Luta Organizada Contra o Racismo*. In Atrás do Muro da Noite. Fund Cultural Palmares. MinC-Brasília. 1994.
- Pereira, A. Mendes. *Três Impulsos Para um Salto – Trajetória e Perspectivas do Movimento Negro Brasileiro*. Monografia policopiada. CEAA-UCAM. RJ. 1998.
- Medeiros, C. Alberto. *Em Busca da Ação Afirmativa*. Texto apresentado à Reunião anual da ANPOCS. Caxambu. MG. Set/1996.

Munanga, Kabengele. (Org) *Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial*. EdUSP. SP. 1996
Castels, Manuel.....

Alves dos Santos, I. Augusto. *A Democracia e a Questão Negra no Brasil*. In Anais Seminários Regionais Preparatórios para a Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Min da Justiça. Brasília. 2001

Cardoso, Ruth C. L. *Movimentos Sociais na América Latina*. In Cadernos CEBRAP. N° 3. SP. 1989.

Bairros, Luiza. *Uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil*. Cópia sem mais referência bibliográfica.

Gomes da Cunha, Olívia Maria. *Depois da Festa*. In Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino Americanos- Novas Leituras. Ed, UFMG. Bh. 2000